

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

Felipe Maia Guimarães da Silva

Sociedade e política na modernização tardia: uma leitura comparada dos “estudos agrários” de Lênin e Max Weber

Rio de Janeiro
2009

Felipe Maia Guimarães da Silva

Sociedade e política na modernização tardia: uma leitura comparada dos “estudos agrários” de Lênin e Max Weber

Dissertação apresentada ao Instituto
Universitário de Pesquisas do Rio
de Janeiro como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre
em Ciências Humanas: Sociologia.

Rio de Janeiro
2009

Dedico a Tatiana e Maria,
companheiras inseparáveis nesta jornada.

Agradecimentos

Se a escrita de uma dissertação é um trabalho individual e por vezes solitário, ela jamais seria possível sem o apoio de um conjunto de pessoas, nem tampouco faria sentido sem a interlocução de outras tantas. A todos deixo aqui meus agradecimentos. Aos meus pais e minha família, pela paciência e compreensão. Aos colegas das turmas de mestrado em sociologia e ciência política do Iuperj. À Carol, Lia, Simone e aos demais funcionários desta casa. Aos professores do Iuperj. Aos amigos, Júlio, Walter, Manoel Rangel, Fernando, Vandr e, Renata e Elisa, pelo estímulo e amizade.

Deixo aqui meu agradecimento especial e minha d vida com Luiz Werneck Vianna, orientador generoso, que dividiu comigo muitas de suas reflexões, sem as quais essa disserta o não teria sido possível, nem tão agradável e desafiadora, como foi.

Resumo

Esta dissertação tem por objeto os estudos agrários de Lênin e de Max Weber. Neles buscamos examinar as relações teóricas entre a questão agrária e o tema da modernização tardia. Vimos a questão agrária pelo ângulo da emergência da agricultura comercial e das transformações nas relações de sociabilidade, de dominação política e estratificação social no campo. Essas mudanças foram vistas como parte do processo mais amplo de modernização dos países considerados retardatários, implicando em sua relação com a industrialização e a democratização política. Buscamos no pensamento dos autores elementos para interpretar as relações entre as elites agrárias e a organização do poder político no curso da transição. O trabalho aponta para a possibilidade de uma leitura em grande medida convergente dos autores, sem contudo deixar de notar as clivagens políticas e teóricas entre eles.

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Lênin: via prussiana e via americana de desenvolvimento.....	4
1.1 – O populismo russo e o marxismo	
1.2 – Lênin e a crítica ao populismo	
1.3 – A emergência do capitalismo na Rússia	
1.4 – Kautsky e a questão agrária	
1.5 – A questão agrária e a revolução de 1905	
1.6 – Via prussiana e via americana de desenvolvimento do capitalismo	
Capítulo 2 – Os estudos agrários de Max Weber.....	31
2.1 – A constituição do trabalho no Leste alemão e a emergência da agricultura capitalista.	
2.2 – Os <i>junkers</i> e a política alemã	
2.3 – Weber e a Rússia de 1905	
2.4 – Rússia e EUA, terras livres e democracia	
2.5 – Weber e a modernização tardia	
Capítulo 3 – Sociedade e política na modernização tardia.....	56
3.1 – Questão agrária e classes dirigentes	
3.2 – Democracia e terras livres	
3.3 – Estado, elites agrárias e modernização	
3.4 – Conclusões prospectivas	
Referências bibliográficas.....	71

Introdução

Esta dissertação tem por objeto os “estudos agrários” de Lênin e de Max Weber. Os dois autores concederam um posto privilegiado ao estudo das transformações que tiveram lugar no mundo rural europeu na virada do século dezenove para o vinte. Lênin se dedicou ao desenvolvimento do capitalismo na Rússia enquanto Weber voltou seus esforços para a decadência do sistema patriarcal no leste da Alemanha. Ambos perceberam que as mudanças em curso ultrapassavam as questões especificamente agrárias, configurando um tema central para a evolução social e política dessas sociedades. Dessa forma, ao retomar os “estudos agrários” pretendemos iluminar as questões teóricas levantadas pelos autores sobre esse conjunto mais amplo de mudanças que a sociologia chamou de modernização. A ênfase aqui recai na emergência do capitalismo e na democratização política como processos de longa duração que estão na origem das formas assumidas pelas sociedades contemporâneas.

Ao inquirir os autores estamos então interessados em saber que relações teóricas podem ser inferidas das mudanças no mundo agrário para a sociedade e a política no contexto da modernização. O foco dos autores na Rússia e na Alemanha nos remete ao tema da modernização tardia como um contexto marcado por problemas comuns, oriundos do atraso econômico e da modernização como um imperativo político. São países marcados pela condição de retardatários industriais, para os quais o desenvolvimento econômico importava em adaptar e tomar de empréstimo a tecnologia e as formas de produção das sociedades mais avançadas. Modernizar o aparato econômico tornava-se um imperativo para manter ou postular um papel nacional relevante no cenário mundial. Tanto Rússia quanto Alemanha, ainda que com diferenças significativas de intensidade, tentaram promover a industrialização sem contudo alterar de forma significativa a estrutura social anterior.

O tema da modernização tardia apresenta então relações significativas sobre a dialética entre “atraso” e “moderno”, entre estruturas arcaicas e novas. Neste aspecto, procuraremos observar as advertências metodológicas de Bendix (1996) sobre o estudo

da mudança social, evitando considerar modernidade e tradição como estágios ou condições antagônicas, mas pensando em termos de processos que comportam tanto continuidades como descontinuidades. Compartilhamos igualmente sua preocupação com o “determinismo retrospectivo”, que ignora as tendências conflitantes e as possibilidades alternativas que estavam abertas no passado. O pensamento dos autores em questão deve favorecer a compreensão dessas alternativas.

A modernização traz à tona também as relações sempre problemáticas entre desenvolvimento econômico e democratização política, tema que apesar de estarmos já bastante distantes temporalmente deste cenário, ainda frequenta o debate político de nosso tempo.

A escolha de Lênin e de Weber não passa apenas pela relevância teórica intrínseca dos autores. Em boa medida ela se relaciona à fortuna que essas interpretações tiveram na bibliografia brasileira. Ambos aparecem como referências fortes nos trabalhos mais significativos de interpretação da “modernização conservadora” ou da “revolução burguesa” brasileira. Lênin e Weber estão presentes no estudo clássico de Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*. Os estudos agrários de Lênin têm lugar central em Werneck Vianna (1989) e em Otávio Velho (1976), no primeiro como parte de seu argumento sobre a questão agrária na modernização brasileira, no segundo como elemento do debate sobre a fronteira e o capitalismo autoritário. Weber está no centro de um conjunto bastante diverso de trabalhos sobre o tema da modernização brasileira¹, ainda que nem sempre o foco seja colocado nos estudos agrários aqui analisados, mas no Weber mais maduro de *Economia e sociedade*.

Nesta dissertação não poderemos fazer uma apreciação da fortuna teórica dos autores no Brasil, nos concentraremos em tentar determinar as relações entre questão agrária e modernização nos referidos estudos. No primeiro capítulo, tentaremos reconstruir o pensamento de Lênin sobre o tema, com foco nos conceitos de “via prussiana” e “via americana” de desenvolvimento do capitalismo. Através da recuperação do contexto e dos embates travados pelo autor tentamos entender a gênese desses conceitos e problematizar sua capacidade heurística. No segundo capítulo analisamos os estudos de Weber sobre o leste alemão, quase todos escritos entre 1892 e 1906, buscando compreender as categorias centrais da sociologia agrária weberiana.

¹ Para uma discussão desses autores, ver Werneck Vianna (1999).

Tentaremos entender como esses textos configuraram um ponto de partida para a compreensão de Weber do cenário político alemão. Nos interessamos também por seus estudos sobre a Rússia, que oferecem um interessante ponto para a comparação, tanto com a situação alemã, quanto com a interpretação de Lênin. Este por fim será o intuito do terceiro e último capítulo, quando a partir da comparação dos autores tentamos oferecer uma perspectiva para a compreensão da modernização tardia e dos dilemas que de alguma forma ainda se colocam para as sociedades retardatárias.

Capítulo 1 – Lênin: via prussiana e via americana de desenvolvimento

A Rússia é um caso singular de modernização tardia. País continental, com formação social e cultural próprias, seu desenvolvimento foi marcado por uma condição intermediária entre o Ocidente e o Oriente, como perceberam vários de seus intérpretes. Constantemente submetida aos influxos das idéias ocidentais, a Rússia, todavia, manteve uma peculiar estruturação social até o início do século vinte. Um dos últimos países a abolir a servidão camponesa (em 1861), bastião de uma autocracia absolutista que resistiu até o último momento a conceder uma Constituição, a Rússia conheceu também surtos de modernização. Desde Pedro, o Grande, cujo símbolo foi a construção de São Petersburgo, a cidade ícone da ocidentalização, o país conviveu com linhas de desenvolvimento do capitalismo e do moderno ideário burguês europeu ao mesmo tempo em que conservava estruturas consideradas arcaicas. O debate sobre o desenvolvimento da Rússia pode assim ser considerado uma espécie de laboratório para discutir a modernização tardia e periférica, com suas implicações sobre a dialética entre tradição e modernidade, e as possibilidades que se abrem em mudanças desse tipo.

Lênin é um dos personagens chave desse contexto, e aqui buscaremos traçar a evolução de seu pensamento sobre o desenvolvimento da Rússia, colocando ênfase em como ele aborda a questão agrária como variável decisiva do processo de modernização. Neste sentido buscaremos refazer o caminho de seus estudos agrários, desde o debate com os *populistas* até a formação das categorias de *via prussiana* e *via americana* de desenvolvimento do capitalismo, que consagram sua interpretação.

1.1 – O populismo russo e o marxismo

Antes de examinar os textos de Lênin devemos abordar o debate travado na segunda metade do século dezenove entre o marxismo e o populismo russo. Pode-se dizer que os autores do populismo russo têm grande importância porque “foram os primeiros pensadores a assinalar as características específicas dos [países] retardatários” (Walicki, 1984: 55). Ao refletir sobre essa questão, eles se afastaram de uma teoria tradicional ou mecanicista da modernização e do desenvolvimento, e buscaram um caminho próprio, que evitasse os custos sociais do capitalismo, em direção a uma forma

socialista de organização da sociedade. Construiu-se assim uma relação complexa entre as concepções que valorizavam as singularidades históricas e culturais da Rússia com uma influência ocidentalizante, que não era de todo negada (Fernandes, 1982)².

O populismo foi o principal movimento social e intelectual de contestação do capitalismo na Rússia do século dezenove, e se desenvolveu a partir da crítica aos efeitos da modernização capitalista. Berlin (1988) aponta a influência marcante do socialismo de Proudhon, Saint-Simon e Fourier ao lado dos autores russos Herzen e Bielinski na formação desses pensadores (o marxismo só se faria presente na década de 1870). Não constituíram um grupo homogêneo, mas compartilhavam uma leitura comum da estrutura política e social da Rússia como obsoleta e odiosa, que condenava à miséria e à opressão a imensa maioria da população, formada por camponeses. Seus objetivos eram a justiça e a igualdade social, cuja essência acreditavam já existir na comunidade camponesa.

Os populistas foram também profundamente influenciados pela análise da acumulação primitiva de Marx em “O Capital”, que dizia que a expropriação camponesa era condição necessária para o desenvolvimento do capitalismo e relatava a violência desse processo na história inglesa. O problema então era evitar os custos humanos de tal processo, o que nessas condições significava responder ao desafio de fazer uma revolução socialista em um país atrasado, que não havia passado pelo capitalismo, e que não queria arcar com esse ônus.

A essa idéia se somava uma “refinada utopia camponesa” (Walicki, 1984: 58), que idealizava a vida rural e via no camponês um ser “pleno”, “completo”, que combinaria a independência econômica com uma solidariedade moral baseada na simpatia e na compreensão. A comuna rural poderia ser então de um “nível” de desenvolvimento inferior, mas seria um “tipo” superior em relação à fábrica (idem: 59). O progresso com base na divisão do trabalho traria a fragmentação da personalidade humana, quando o sentido das lutas sociais deveria ser sempre o desenvolvimento de um “indivíduo integral” e a abolição das desigualdades (Mikhailovski, 1982a: 85).

Nesta linha, a permanência da comuna camponesa russa, a *obshtchina*, onde os produtores diretos não haviam sido expropriados, poderia se tornar um ponto de apoio para a construção de uma sociedade socialista. Acostumado à propriedade coletiva da terra, o camponês seria “comunista por instinto, por tradição”, e a socialização seria

² Seguiremos aqui as leituras (convergentes) propostas por Walicki (1984) e Fernandes (1982) sobre o tema, recorrendo quando necessário aos textos originais dos autores.

uma idéia enraizada na “visão de mundo do povo russo”, que então, “apesar da ignorância, está mais próximo do socialismo” (Tkatchov, 1982: 134).

Daí que se possa falar em uma “vantagem do atraso”, pois por um lado, a comuna rural é uma experiência concreta que pode ser a base de solidariedade da produção socializada. Por outro lado, já são conhecidos o progresso e o caminho realizados no Ocidente, o que permite evitar seu lado socialmente oneroso, queimando etapas e realizando um “salto” sobre o capitalismo, com o trânsito direto ao socialismo. Isso colocava aos populistas um outro problema, o da “corrida contra o tempo”, já que a comuna rural estava se desintegrando, e se esse processo se completasse não haveria outro remédio senão passar pelo tortuoso caminho ocidental (Fernandes, 1982: 54).

Marx e Engels oscilaram no reconhecimento da validade teórica das questões colocadas pelos populistas. De início, Engels afirma que não pode haver socialismo sem o devido desenvolvimento das forças produtivas, que permita torná-lo um progresso e não a estagnação e decadência do modo de produção (Engels, 1982a: 144). A Rússia não poderia estar mais próxima do socialismo porque ali os camponeses estavam isolados em pequenas propriedades, o que restringia sua visão de mundo e constituía-se na base política do “despotismo oriental” (idem: 151). A comuna rural só poderia ser ponto de apoio do socialismo caso fosse possível converter o isolamento em trabalho coletivo e, sobretudo, se houvesse uma revolução no Ocidente (ibidem: 152).

A crítica populista não se satisfaz com a resposta de Engels e sustentou o argumento original. Tkatchov argumentou que a necessidade do desenvolvimento pleno de toda formação econômica deveria ser interpretada no desenvolvimento interno de cada formação social e não ao desenvolvimento histórico em seu conjunto (Walicki, 1984: 63). Mikhailovski por outro lado, questionou o dilema moral que estaria colocado para o militante socialista, que sabedor dos horrores da acumulação primitiva, se veria prostrado frente à sua necessidade histórica. Assim, para insistir na busca de um outro caminho, “não é necessário ser um filo-eslavo, nem manter uma fé mística na pretensa característica única e sublime da alma nacional russa, basta aproveitar as lições que nos são dadas pela história da Europa” (Mikhailovski, 1982b: 163). Nesta linha, aceitar a tese da inevitabilidade do capitalismo transformaria os revolucionários russos em espectadores da história ou em defensores do capitalismo.

Mikhailovski, que de início via no marxismo uma teoria que desmascarava o capitalismo, passou a denunciar o hipostasiamento das forças produtivas e a visão de que na história há leis objetivas. Em contraposição, defendeu a autonomia dos valores e

da ética, e a idéia de que é possível por meio da consciência agir sobre a história, numa linha que chamava de “sociologia subjetiva” (Walicki, 1984). Já Tkatchov, ao lado de outros autores, via nas condições objetivas da Rússia a possibilidade do “salto” sobre o capitalismo, já que ele seria algo artificial, uma “paródia de capitalismo”, que não se desenvolveria sem subsídios governamentais. Para ele, a necessidade histórica seria a “socialização do trabalho” e não o capitalismo (idem: 69).

Confrontado com a força do movimento populista na Rússia, Marx aceita parcialmente as proposições russas e afirma que as teses de “O Capital” não teriam validade universal, sendo uma formulação adequada apenas ao desenvolvimento histórico da Europa Ocidental. Ele reconhece uma singularidade na Rússia, devido à presença de uma forma de propriedade coletiva da terra que se fosse desembaraçada de seus caracteres primitivos, poderia ser a base de uma produção coletiva em escala nacional, e que graças à contemporaneidade do capitalismo poderia apropriar-se de suas conquistas sem passar por seus tormentos (Marx, 1982: 176). A defesa da comuna rural seria então um problema político, já que a política czarista era inviabilizá-la através de pesados impostos e taxas de arrendamento, que impediriam seu livre desenvolvimento. A defesa da comuna significaria recolocá-la sob “condições normais” de desenvolvimento, com a incorporação de avanços técnicos e a socialização da produção em larga escala (idem: 182). Todavia, como exposto no prefácio à edição russa do “Manifesto Comunista”, a comuna só poderia ser base de uma evolução comunista sob a condição de uma revolução no Ocidente (Marx e Engels, 1982: 192).

Na década de 1890, há um novo deslocamento do debate, que pode ser visto na polêmica de Engels com o economista populista (e tradutor de “O Capital” para o russo) Nicolau Danielson. Este autor sustenta que o capitalismo já penetrou o território russo, porém devido ao seu caráter tardio e periférico, os problemas que suscita, não podem ser resolvidos no âmbito desse sistema. O capitalismo estaria em crise, pois a expropriação dos camponeses seria contraditória com a necessidade de formação de um mercado interno para a indústria. Ademais, a Rússia já não podia contar com a conquista de mercados externos, pois estes já se encontravam partilhados pelas nações adiantadas. A crise do capitalismo, caminho que vinha sendo trilhado desde a década de 1860, devia-se à incapacidade de empregar a força de trabalho e de resolver o declínio da produção agrícola. Era um “capitalismo de estufa”, mantido pela política protecionista e às custas de toda a nação. A comuna camponesa poderia em contrapartida ser uma saída para a crise, o que abriria uma alternativa entre dois “tipos

de produção”: a camponesa, apoiada na tradição e na “vontade do povo”, e a capitalista, puramente artificial. Sua conclusão é que era preciso combinar a defesa da propriedade dos meios de produção nas mãos dos produtores com a introdução de tecnologia moderna em “grandes unidades socializadas” (Danielson, 1982: 95).

Em sua correspondência com Danielson, Engels refuta as duas teses principais do economista. Ele considera que a Rússia fez uma opção decidida pelo capitalismo como uma estratégia para se manter como potência no cenário internacional, num caminho semelhante ao da Alemanha, onde também a economia monetarizada deslocou a “economia natural” camponesa. Assim, a grande empresa agrícola tornava-se a regra e condenava o camponês à ruína, o que fazia com que a comuna e todas as demais instituições arcaicas tendessem a desaparecer e o camponês a se proletarizar, no campo ou na cidade. Também os velhos senhores endividados deveriam dar lugar aos novos *culaque*s, a futura burguesia agrária (Engels, 1982b). Não há nada de especificamente decadente no protecionismo. Este e todo o estímulo “artificial” pró-indústria foram estratégias de todos os países após a hegemonia inglesa, que mesmo penalizando o mercado interno, buscavam manter-se relevantes no cenário externo, pois seria impossível sustentar essa posição com base numa economia agrária. A política de “estufa” radicaliza então um processo que de outra forma seria mais gradual, mas não altera sua natureza, a Rússia precisa de uma grande indústria e só pode consegui-la à maneira capitalista. O problema de fundo então seria outro, ou seja, saber se haveria industrialização com empresas russas ou inglesas, pois se os russos não fizessem a industrialização, os ingleses a fariam (idem: 238). Assim, se no passado as comunas camponesas e os *artéis* operários poderiam ser a base de uma outra evolução, agora não mais. Não houve na Rússia condições favoráveis para o “salto” desejado sobre o capitalismo, só lhe restou desenvolvê-lo. Restaria o consolo de que “não há nenhum grande mal histórico que não seja compensado por um progresso histórico” (idem: 253).

Engels reafirmava então a antiga posição, agora *ex post facto*, a Rússia já havia trilhado um caminho capitalista. Todavia, é preciso reconhecer que as questões que foram colocadas por Danielson representam boa parte dos dilemas que os países de capitalismo tardio tiveram que enfrentar, em especial, os intelectuais que intervieram nesse debate a partir de uma identidade política com as camadas populares. Quando Lênin escreveu suas primeiras obras, esse era em linhas bastante gerais o *estado da arte* do debate sobre a singularidade da Rússia e suas possibilidades de desenvolvimento. O populismo havia colocado um problema novo, com o qual mesmo Marx e Engels

tiveram dificuldade de lidar, e que abria um campo novo de análise, o da singularidade do desenvolvimento do capitalismo tardio.

1.2 – Lênin e a crítica ao populismo

A crítica ao populismo esteve diretamente ligada ao surgimento de uma corrente de pensamento que se reivindicava plenamente marxista na Rússia, e cujo representante pioneiro foi Plekhanov. Oriundo do movimento populista, Plekhanov havia iniciado um distanciamento de suas posições que culminou com a ruptura com as teses principais do movimento e a adesão plena ao marxismo. Sua crítica centrava-se no “dogma” da impossibilidade do capitalismo na Rússia e nas conseqüências políticas do “subjetivismo” que atribuía a uma minoria de revolucionários a tarefa de conquistar o poder e implementar o socialismo, que ele via como uma ilusão histórica e o caminho para a ditadura (Strada, 1984). Diante do dilema populista, Plekhanov posicionou-se programaticamente favorável a uma revolução democrático-burguesa que pudesse fazer avançar o capitalismo e a democracia, condição necessária para a futura revolução socialista. Fazer coincidir as etapas só atrasaria a revolução (Getzler, 1984). Neste sentido, a comuna rural era um obstáculo econômico e político, cuja desintegração seria um alívio para os camponeses, pois sua persistência é a causa da miséria camponesa e além do mais, vincula o campesinato ao regime czarista (Plekhanov, 1982: 265).

Outra linha de críticas ao populismo veio do grupo de intelectuais que ficou conhecido como o “marxismo legal”, entre os quais se destacam Piotr Struve e Sergei Bulgakov. Inicialmente esses autores foram ligados ao marxismo, do qual se afastaram progressivamente, sendo que Struve se tornou uma das principais lideranças do Partido Consitucional-Democrático. Sua crítica ao populismo partia de um “ocidentalismo radical”, que procurava posicionar a Rússia em linha com o desenvolvimento e a história ocidentais, e para isso lhe serve o marxismo. Porém, ele se afasta da concepção marxista do Estado, que é visto por Struve como uma instituição de organização da ordem com base em princípios econômicos, antes que de dominação de classes. Para ele, o Estado só poderia agir em conformidade com processos econômicos em curso, não lhe cabendo nenhuma função demiúrgica capaz de inverter esses processos, como imaginavam os populistas. A utopia populista era então descartada em nome de uma reforma democrática das instituições. Seu afastamento do marxismo se completa com a percepção do individualismo moral e do liberalismo como os valores centrais da

modernização ocidental, o que implicava em identificar na Rússia um forte atraso cultural, que deveria ser combatido por uma política de promoção de liberdades individuais em contraposição ao fortalecimento econômico do Estado (Strada, 1984).

Lênin inicia sua trajetória intervindo nesse debate, ainda na década de 1890, e ligado ao grupo de Plekhanov, que se tornaria o futuro Partido Social Democrata Operário. Muitos de seus primeiros escritos são dedicados à polêmica com os populistas e neles a questão agrária ocupa lugar central. De início, é preciso ver que ao mesmo tempo em que combatia as principais teses populistas, Lênin disputava com o populismo um lugar no pensamento social russo. Os populistas acusavam o marxismo de ser uma formulação estrangeira, dissociada da herança dos intelectuais avançados que combateram a servidão, já que os marxistas defendiam o caráter progressista do capitalismo e não compartilhavam uma visão positiva da comuna rural. Lênin irá então problematizar qual é de fato a *herança* deste pensamento russo e mostrar que havia nele concepções bastante distintas do populismo.

Para Lênin, esses autores eram essencialmente “iluministas”, que nutriam um “ódio ardente ao regime da servidão e a *todas* as suas manifestações no regime econômico, social e jurídico”. Defendiam a “europeização” da Rússia, com a promoção da instrução pública, da autonomia administrativa, e “defendiam os interesses populares, principalmente dos camponeses”, acreditando que a abolição completa da servidão iria proporcioná-los. Nesta herança então “não há nada de populista” (Lênin, 1979: 56).

O populismo foi visto por Lênin como um “sistema de concepções” que compreende três formulações principais: “considerar o capitalismo na Rússia como uma decadência, uma regressão” (idem: 63); considerar o regime econômico russo e o papel de seu campesinato como uma singularidade histórica, o que Lênin chama de “idealização dos pilares”; e, em terceiro lugar, ignorar a relação entre intelectuais e interesses de classes. Ele procura então rebater cada ponto do sistema populista, apesar de reconhecer sua heterogeneidade e, o que é mais importante, seu mérito, por ter colocado um problema novo (que a *herança* iluminista ainda não havia formulado): a necessidade de compreender o capitalismo. A solução populista porém não teria sido adequada, pois foi uma “crítica primitiva do capitalismo” (idem: 65), que viu nesse caminho um desvio, um retrocesso, que se esquece que antes desse capitalismo havia outro tipo de exploração e a estagnação da economia. Ao defender a manutenção dos “pilares” e da originalidade russa, os populistas acabariam por defender os vestígios de

feudalismo que oprimem o campesinato e em nada lhe favorecem, opondo uma resistência romântica ao capitalismo.

“Todo populista fala do caráter prejudicial e perigoso do capitalismo na nossa agricultura, pois este, vejam lá, substitui o camponês independente pelo assalariado agrícola. A *realidade* do capitalismo (o “assalariado agrícola”) é contraposta à *ficção* do camponês “independente”; esta ficção baseia-se no fato de o camponês da época pré-capitalista dispor dos meios de produção, mas silencia-se discretamente o fato de ter de pagar por estes meios de produção o dobro do seu valor; de estes meios de produção servirem para o pagamento em trabalho; de o nível de vida deste camponês “independente” ser tão baixo que em qualquer país capitalista seria considerado indigente; de à extrema miséria e à inércia mental deste camponês “independente” se ter de acrescentar ainda a dependência pessoal que acompanha inevitavelmente as formas pré-capitalistas de economia.” (Lênin, 1979: 68-69).

Este é o núcleo da crítica de Lênin aos populistas, é o que lhe permite identificar uma verdadeira oposição frente aos intelectuais “iluministas” da década de 1860³. Para ele, estes últimos confiavam no progresso social, apesar de ainda não perceberem suas conseqüências, enquanto que os populistas opõem ao progresso uma resistência “romântica”, que acaba por se tornar reacionária, pois dificulta a supressão dos vestígios da servidão. Ao liberar os camponeses desses “grilhões”, o capitalismo é em si mesmo um progresso, eleva a produtividade do trabalho, o nível de vida e aproxima culturalmente a Rússia do restante da Europa. Ademais, este não seria um problema para o futuro, mas uma realidade já em curso, que pode e deve ser observada e compreendida em seus detalhes (idem: 77).

1.3 – A emergência do capitalismo na Rússia

Esta é em essência a tarefa que Lênin se propõe em sua grande obra desse período, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, escrita no final da década de 1890. Nela, Lênin desmonta as principais teses populistas e mostra, através de um exame minucioso das estatísticas disponíveis, como o capitalismo avançava na Rússia,

³ Lênin compartilhou um mesmo ambiente intelectual com os populistas, e nos parece claro que foi influenciado por eles. A disputa da *herança* e de um lugar neste pensamento social russo só reforça essas conexões. Lênin procurou separar o legado de Herzen e de Tchernitchevski das posições do movimento *narodnik* e posteriormente dos socialistas revolucionários, e com isso marcar a independência de seu pensamento e da política bolchevique.

transformando a antiga comuna camponesa e integrando o país a um desenvolvimento europeu “normal”. A singularidade da Rússia residia em sua trajetória histórica, mas não significava um complexo particular de relações sociais e econômicas que não poderia ser interpretado pela economia política marxista. Como argumenta, “as características fundamentais desse processo são idênticas na Europa ocidental e na Rússia, apesar de todas as particularidades econômicas e não-econômicas que se observam nesta última” (Lênin, 1982: 6). Nesta obra, Lênin parte de uma sociologia agrária, da análise das relações sociais, de produção e de propriedade no campo para então compreender os processos de mudança social, de industrialização e modernização da Rússia.

Do ponto de vista econômico, Lênin empreende a análise da emergência do capitalismo através da formação do mercado interno. Teoricamente, o estudo se apóia inteiramente em “O Capital” de Marx, e visa refutar a tese populista de que a desintegração do campesinato seria um limite para a formação do mercado interno e que assim levaria à crise do capitalismo. Para Lênin, a relação é inversa, o desenvolvimento do capitalismo não é limitado pela desintegração do campesinato, mas é justamente a partir daí que ele se desenvolve. Esse processo está ligado à transformação da economia mercantil simples pela evolução da divisão social do trabalho em direção a uma maior especialização funcional. A especialização separa os diferentes tipos de produção em ramos diferenciados e cria assim as condições para a produção de mercadorias. Os diferentes ramos da produção tornam-se mercados uns para os outros. A especialização crescente tende a separar indústria e agricultura.

Ao contrário dos populistas que sustentavam que a ruína dos pequenos produtores era um obstáculo ao desenvolvimento do mercado interno, Lênin argumenta que a separação dos produtores de seus meios de produção leva à formação do mercado. Separados dos produtores diretos, os meios de produção se concentram em outras mãos, são convertidos em capital. O que antes era produzido para consumo próprio, para a subsistência, é agora produzido sob a forma de mercadorias, ou seja, para o mercado. Ao mesmo tempo, o pequeno produtor expropriado tem que vender sua força de trabalho em troca de salário, o que converte também o trabalho em uma mercadoria. De outro lado, a necessidade de produzir mais mercadorias leva à ampliação da demanda por máquinas e insumos agrícolas, gerando um mercado de bens de capital. Assim, a expropriação dos pequenos produtores relaciona-se com a formação de três segmentos

típicos do mercado capitalista, o mercado de força de trabalho, o de bens de consumo e o de bens de capital. Assim,

“o ‘mercado interno’ para o capitalismo é criado pelo próprio capitalismo em desenvolvimento que aprofunda a divisão social do trabalho e decompõe os produtores diretos em capitalistas e operários. O grau do desenvolvimento do mercado interno é o grau de desenvolvimento do capitalismo no país. É incorreto colocar a questão dos limites do mercado interno independentemente da questão do grau de desenvolvimento do capitalismo – como fazem os economistas populistas.” (Lênin, 1982: 33).

A Reforma de 1861 acabou formalmente com a servidão camponesa. A partir daí as terras foram divididas em duas, uma parte sob controle das comunas camponesas e outra dos antigos senhores. A abolição da servidão favoreceu a emergência de relações mercantis na agricultura, criando as bases para o desenvolvimento do capitalismo. A inovação de Lênin em relação aos populistas é a percepção de que a comuna camponesa não é um espaço de resistência à penetração da agricultura comercial, mas que esta última se desenvolve no interior da comuna. A ocupação da terra comum é reordenada a partir do arrendamento ou da compra de lotes camponeses por outros camponeses em melhores condições de explorá-los. Esta última parcela do campesinato consegue utilizar inicialmente uma maior quantidade de trabalho familiar, mas gradativamente necessita de mais mão-de-obra, o que significa a contratação de diaristas e outros trabalhadores assalariados. Pode também dispor de maiores quantidades de animais de tração. Pode-se dizer então que

“a agricultura capitalista se desenvolve *entre* os ‘membros das comunidades rurais’ e que os célebres ‘laços comunitários’ se ajustam perfeitamente aos grandes detentores de áreas semeadas cuja exploração se funda na mão-de-obra assalariada” (*idem*: 51).

Os dados estatísticos sobre as comunidades camponesas revelam a existência em seu interior de duas explorações agrícolas bastante diferenciadas, de um lado, a expansão das áreas de cultivo, a maior capacidade de uso de instrumentos agrícolas e de animais, a contratação de mão-de-obra assalariada. De outro, a formação de um contingente de camponeses pobres que vendem ou alugam suas terras e procuram trabalho como diaristas. Entre esses, uma camada intermediária sob pressão, ameaçada de retroceder a cada má colheita. A diferença é enorme no que diz respeito aos métodos de cultivo, às receitas obtidas, à produtividade.

Assim, o resultado do ingresso da agricultura comercial na comuna camponesa é a desintegração do campesinato enquanto grupo social minimamente homogêneo. Não há semelhança entre essas duas formas de produção agrícola, e a análise do orçamento dessas famílias revela a desigualdade na capacidade de investimento desses grupos do “campesinato” em seus estabelecimentos. Vê-se também a deterioração da capacidade de consumo dos mais pobres e ao mesmo tempo a desigualdade do peso dos impostos comunais, que percentualmente atingem mais os mais pobres⁴.

Uma parte do campesinato então é proletarizada, mesmo possuindo algum lote de terra para cultivo próprio ou arrendado a um camponês mais rico. São na verdade “operários agrícolas possuidores de um lote de terras”, que não conseguem extrair da terra a receita necessária a sua manutenção, dependendo de “ofícios” na agricultura ou fora dela. A produção agrícola cobre apenas parte de sua manutenção, o que inclusive, permite o baixo valor dos salários.

A economia camponesa se monetariza de forma mais acentuada em suas duas pontas, a dos operários que mais dependem da venda da força de trabalho e a dos proprietários que conseguem aferir maiores receitas com a agricultura comercial. Em ambos a venda de mercadorias se constitui em sua principal fonte de receitas, sendo que um não pode sobreviver sem vender a força de trabalho, e o outro não pode produzir sem empregar trabalho assalariado. É isto o que permite concluir que a desintegração do campesinato cria o mercado interno para o capitalismo.

Todavia, o capitalismo penetra a agricultura de forma lenta e variada, não elimina completamente os restos da economia feudal. A manutenção desses obstáculos vai se tornando um estorvo sobretudo para o camponês proletarizado, preso à terra e às suas obrigações, como os impostos e a “caução solidária” (que obrigava todos os camponeses a responder solidariamente pelo pagamento dos impostos da comunidade). Essa condição impede também sua mobilidade em busca de melhores salários, a um ponto em que a condição do operário vinculado à terra é pior que a de outro já liberado

⁴ Examinando orçamentos consolidados no anuário estatístico de quatro províncias, Lênin divide as famílias camponesas em cinco grupos, de acordo com a quantidade de animais de tração que possuem para a agricultura. A análise dos orçamentos revela que o grupo mais pobre investe apenas 13,87% do orçamento na melhoria do estabelecimento agrícola, enquanto que o mais rico investe 61,29%. Os primeiros podem gastar 60,98 rublos com alimentação enquanto que os segundos, 447,83. São significativos os gastos com impostos, que consomem 14,19% das receitas do grupo mais pobre e apenas 5,42% do outro. Esses dados são importantes para o argumento de que o campesinato se diferenciou a tal ponto que se desintegra enquanto classe e para mostrar que a manutenção da comunidade rural é um fardo para o campesinato mais pobre, obrigado a arcar com uma parcela proporcionalmente maior dos impostos comunais. (Lênin, 1982: 96)

de seu lote, sem mencionar o fato da manutenção de toda sorte de relações de dependência pessoal e servidão (Lênin, 1982: 110).

Isso fica ainda mais claro quando se examina a agricultura latifundiária, ou seja, a economia das terras pertencentes aos antigos senhores feudais. Com a abolição da servidão, tornou-se impossível manter o antigo sistema de agricultura baseado na corvéia⁵. O latifúndio deve transitar para formas capitalistas. Essa transição porém não é imediata, pois para que ocorra é preciso haver homens habituados e dispostos ao trabalho assalariado, e a substituição dos instrumentos de produção camponeses por outros, de posse dos donos das terras.

Combinam-se elementos de economia capitalista com traços da corvéia, que sobrevive através do sistema de pagamento em trabalho, onde os camponeses trabalham as terras dos latifundiários com seus próprios instrumentos e recebem em troca pagamento em espécie, em terras ou eventualmente em dinheiro. Já o sistema capitalista caracteriza-se pela contratação de trabalhadores que cultivam a terra com os instrumentos do dono. Na Rússia, os dois sistemas se combinam, sem haver uma supremacia de algum deles, nas províncias “puramente russas” predomina o pagamento em trabalho, enquanto que na Rússia européia a forma dominante é já capitalista (idem: 127).

Na economia latifundiária, o arrendamento de terras tem sentido oposto ao da economia camponesa, enquanto nesta os camponeses pobres arrendavam terras aos mais ricos, aqui são os latifundiários que o fazem para garantir mão-de-obra no momento necessário. Isso lhes permite ao mesmo tempo pagar salários mais baixos e manter um conjunto de relações de dependência pessoal, ainda que ao custo da baixa produtividade do trabalho. A economia da corvéia é assim, incompatível com o avanço da economia mercantil, sendo uma fase transitória, que tende a acabar na medida em que se desenvolvem as tendências puramente capitalistas, que o campesinato se desintegra e que avança o trabalho assalariado. A desintegração do campesinato é de fato o fator preponderante, pois reduz a categoria social mais suscetível a aceitar tais relações, os

⁵ No sistema dominante à época da servidão, a terra era dividida em duas, terras senhoriais e terras camponesas. Os camponeses cultivavam essas últimas com seus instrumentos de produção e “pagam” por elas trabalhando em dias determinados nas terras senhoriais. Os lotes camponeses eram assim um tipo de salário em espécie que permitia a subsistência, mas cujo objetivo era assegurar mão-de-obra aos latifundiários. É este o sistema que se chama de economia baseada na corvéia. Neste sistema predomina a economia natural, o feudo isolado e auto-suficiente, o camponês deve estar preso à terra, sendo pessoalmente dependente do senhor. Uma coerção extra-econômica é necessária para garantir o trabalho excedente. Neste sistema, predomina o baixo nível técnico, pois seu sujeito é um camponês miserável e dependente. (Lênin, 1982: 124).

chamados camponeses médios, que são ainda apegados à sua terra e buscam de todas as formas conservá-las, mesmo que ao custo de salários mais baixos e da servidão.

Daí que Lênin entenda que os populistas idealizaram o sistema de pagamento em trabalho, ao considerar que ele representava a união dos produtores com os meios de produção. Na verdade o pagamento em trabalho é um remanescente da economia baseada na corvéia que atende ao interesse senhorial de manutenção de mão-de-obra a sua disposição e prolonga a dependência pessoal no campo. O capitalismo constitui-se numa força progressista exatamente por romper com essa condição, com o isolamento e a auto-suficiência dos domínios senhoriais, e por submeter a produção ao controle social.

A mudança para a agricultura comercial implicava então em mudança no regime de trabalho, investimento em instrumentos de produção novos e em maquinário agrícola. Com ela vem junto o aumento da produtividade do trabalho, a produção para o comércio e a concorrência. O pagamento em trabalho pode não ser completamente eliminado, mas torna-se secundário. O avanço do capitalismo e a concorrência no mercado mundial exigem a transformação da técnica e ao mesmo tempo, o emprego de máquinas significa a ampliação das relações capitalistas de trabalho. A desintegração do campesinato avança, assim como a concentração da produção e a socialização do trabalho.

A agricultura comercial avança mais rapidamente nas regiões mais novas, onde a terra era já mais livre dos resquícios feudais, como no sul e no leste da Rússia européia, as “zonas típicas” do capitalismo agrário (ibidem: 170). Essa foi a área de colonização interna, que apresentava abundância de terras livres e que recebeu grandes fluxos migratórios. O desenvolvimento da agricultura comercial implicou na expansão acelerada das terras cultivadas, o que só foi possível devido ao estabelecimento de ligações com as demais províncias russas e com os países europeus importadores de trigo. Nessas regiões, se cultivou em áreas extensas, com emprego de máquinas e trabalho assalariado. No conjunto da Rússia, o capitalismo agrário também avança, assumindo formas diversas na pecuária, na cultura do linho, no beneficiamento de produtos, na horticultura, ou seja, a agricultura assume progressivamente a forma de agricultura comercial.

O movimento descrito por Lênin é de uma profunda transformação no campo, cujo eixo é a passagem para uma agricultura comercial, e que traz consigo a derrocada, ainda que não de forma instantânea, nem completa, das relações tradicionais. Esta é a

base do desenvolvimento do capitalismo, força historicamente progressista, que rompe com um sistema estagnado, ancorado num produtor isolado e miserável. À solidariedade comunal, Lênin contrapõe uma outra, historicamente mais avançada, a oriunda da socialização do trabalho. A solidariedade comunal pressupunha produtores isolados, e se assentava no baixo nível técnico. A que viria da socialização do trabalho ao contrario, possibilitaria a elevação do nível de vida, do nível cultural dos produtores, e apenas a partir daí poderia-se falar em socialismo:

“ o fato de a agricultura deixar de ser privilégio de uma casta superior ou tributo de uma camada inferior, tornando-se uma atividade comercial e industrial como todas as outras; o fato de o produto da agricultura submeter-se ao controle social no mercado; (...) o fato de o isolamento e a dispersão dos pequenos agricultores estarem em processo de extinção; o fato de todas as formas de servidão e dependência começarem a ser substituídas por transações impessoais de compra e venda da força de trabalho – tudo isso são elos de um único processo: o processo de socialização do trabalho agrícola e de agravamento cada vez maior das contradições entre a anarquia das oscilações de mercado, entre o caráter individual de empresas agrícolas isoladas e o caráter coletivo da grande agricultura capitalista” (Lênin, 1982: 205 – 206)

O outro movimento importante estudado por Lênin é a formação de uma base industrial para o capitalismo russo. Aqui, é evidente a contraposição à tese populista de que a industrialização na Rússia seria artificial, tal como o “capitalismo de estufa” na expressão de Danielson, uma importação exótica do Ocidente sem bases na sociedade. O estudo de Lênin aponta em outro sentido, ou seja, numa evolução da pequena indústria camponesa em direção às formas mais complexas, com base na progressiva divisão social do trabalho, na separação da indústria da agricultura, no papel crescente dos novos mercados urbanos e do capital comercial:

“a tendência fundamental da pequena produção mercantil consiste no desenvolvimento capitalista e, particularmente na formação da manufatura. E esta se transforma, sob os nossos olhos, com extrema velocidade, em grande indústria mecanizada. Uma das manifestações mais relevantes da ligação íntima e direta entre as sucessivas formas de indústria é provavelmente o fato de toda uma série de grandes fabricantes terem sido pequenos industriais e terem passado por todos os degraus entre a ‘produção popular’ e o ‘capitalismo’.” (idem: 341)

Não há descontinuidade entre essas modalidades, mas uma linha evolutiva baseada em diferenças técnicas e por consequência na transformação de todo um

conjunto de relações sociais. A mudança mais radical só é possível com a grande indústria mecanizada, que “joga fora a habilidade manual, reorganiza a produção sobre bases racionais e utiliza sistematicamente as conquistas da ciência” (ibidem: 342). Com ela, a produção se concentra em grandes unidades fabris, e completa-se a separação dos operários dos trabalhos agrícolas. Muda o caráter do desenvolvimento da produção, ao invés da “estabilidade” que acompanha o ritmo tradicional do camponês, dos pequenos mercados, tem-se a “instabilidade” de um crescimento por “saltos”, que “substitui a antiga estagnação por uma veloz transformação dos métodos de produção e de todas as relações sociais” (idem: 343). Tem-se uma nova classe, cujo “estilo de vida” é completamente estranho ao antigo campesinato, e com um “nível superior de necessidades materiais e culturais” (ibidem: 344), o operariado fabril.

Lênin articula então de forma abrangente a emergência do capitalismo na Rússia. Como já indicamos acima, ele considera o seu sentido como progressista. O maior obstáculo seria, entretanto, a permanência de um conjunto de “instituições antigas”, incompatíveis com o capitalismo, o que penaliza duplamente os produtores, que “sofrem tanto pelo capitalismo quanto pela insuficiência de seu desenvolvimento” (idem: 375). O desenvolvimento é rápido, mas ao mesmo tempo, desigual, ou seja, não atinge todos os ramos da economia da mesma forma, nem todas as regiões. Onde a terra é mais livre de resquícios feudais, onde o camponês se liberta mais rapidamente, o capitalismo avança mais. “A Rússia do arado de madeira e do mangual, do moinho movido a água e da roça começou a se transformar rapidamente num país de arados de ferro e debulhadoras, de moinhos a vapor e teares a vapor” (ibidem: 373).

Podemos dizer que Lênin não vê nenhuma vantagem no atraso da Rússia, assim como não há possibilidade de com base na comuna camponesa transitar diretamente ao socialismo. A transformação em direção ao capitalismo já estava em curso e a luta política que se desenhava era entre acelerar o processo ou possibilitar que a permanência de resquícios feudais penalizasse ainda mais o campesinato. A análise que ele empreendeu revela de forma conscienciosa o drama de uma evolução desigual, de uma formação social cuja integração ao curso do desenvolvimento ocidental é marcada pela interferência de processos contraditórios de luta entre a tradição e a modernidade. Este estudo, que conclui não só pela viabilidade mas também pela necessidade de um caminho ocidental será a base do raciocínio político que Lênin desenvolveu na década seguinte.

Neste sentido, já se pode ver, que não há apenas uma via para a emergência do capitalismo na Rússia, que não se chega ao capitalismo apenas pela transformação do latifúndio em fazenda capitalista, ou pela importação de plantas industriais ocidentais, como parecem sugerir os populistas. É central no argumento de Lênin a percepção da desintegração do campesinato em dois grupos sociais distintos, o que implica na passagem de uma parcela do campesinato para uma condição de burguesia agrária.

Assim, não é politicamente indiferente qual será o grupo social e o modo de exploração agrícola dominante neste processo. Este é o tema do *Prefácio* que foi escrito à segunda Edição deste livro em 1907, no qual Lênin explicita a oposição entre de um lado, a transição baseada na grande propriedade latifundiária, que traria consigo a permanência dos vestígios feudais e o predomínio de uma coalizão liberal – monárquica. E, de outro lado, o livre desenvolvimento da pequena propriedade camponesa, beneficiada pela divisão do latifúndio, pela transformação revolucionária da estrutura social, o que traria o desenvolvimento mais rápido e livre das forças produtivas sob uma base capitalista, mas assegurando condições mais favoráveis ao proletariado e à massa camponesa. Entre os tipos extremos, são possíveis “combinações infinitamente diversas” (idem: 11), mas essas são as duas forças em luta. É neste terreno que se dará a contribuição maior de Lênin, como veremos adiante, contudo é preciso examinar ainda, mesmo que apenas topicamente, o debate simultâneo que se deu sobre esse tema entre os marxistas alemães.

1.4 – Kautsky e a questão agrária

Nesta mesma década de 1890, a questão agrária ocupou um lugar importante nas controvérsias travadas na Europa Ocidental, especialmente no Partido Social – Democrata Alemão, que era à época, o maior e mais influente partido operário, e vinha experimentando um considerável desenvolvimento legal, com expressivos resultados eleitorais. O ambiente político estimulava uma ala do Partido a rever as posições tradicionais de recusa a uma política voltada para o campesinato alemão, que incorporasse as aspirações desse grupo social de defesa da pequena propriedade, ameaçada pela expansão das grandes fazendas capitalistas. O problema era sensivelmente diferente da Rússia, pois aqui não se tratava de preservar a propriedade comunal da terra como elemento estratégico para a transição socialista (na versão populista do tema), mas do apoio às reivindicações políticas de uma classe de pequenos

proprietários rurais, já de alguma forma inscritos na economia mercantil. É preciso ver ainda que a situação agrária alemã era marcada pelo contraste entre as províncias ocidentais e orientais, com menor concentração fundiária e adaptação mais antiga à produção comercial nas primeiras, e a agricultura baseada nas grandes propriedades *junkers* no oriente.

O livro de Kautsky (1974), *A questão agrária*, é uma intervenção direta neste debate. Foi escrito no curso da polêmica e buscava sustentar uma posição mais próxima dos antigos programas social – democratas, de que o movimento operário não poderia se comprometer com reivindicações que implicassem em última instância na defesa da pequena propriedade privada (Hegedüs, 1984). Diferentemente de Lênin, o argumento de Kautsky dá uma grande ênfase à superioridade da grande produção agrícola. Ele via na agricultura feudal um enorme desperdício de tempo de trabalho, o camponês trabalhava forçado e por isso evitava fatigar a si e a seu gado. Era um sistema comprometido com um modo de vida rústico. A necessidade de ampliar a produção e ajustar-se às demandas do mercado tornou sua manutenção insuportável. Era necessário romper com a velha comunidade, implantar a propriedade privada por completo e realizar as mudanças políticas e jurídicas correspondentes. As revoluções políticas realizaram esse intento, com variações nacionais, mas com o mesmo resultado, por um lado “supressão das cargas feudais, dos restos de comunismo primitivo do solo; por outro, estabelecimento pleno da propriedade privada da terra”⁶ (Kautsky, 1974: 36).

Com a agricultura comercial é possível avançar na divisão do trabalho e na especialização das tarefas, e por conseqüência, elevar a produtividade do trabalho. Em contrapartida, o produtor torna-se completamente dependente do mercado e acaba qualquer ilusão de autossuficiência. A grande exploração agrícola torna-se economicamente superior à pequena devido à possibilidade de explorar ao máximo a cooperação entre os trabalhadores, ampliar a especialização e a divisão do trabalho. É possível ao seu lado ampliar o uso de maquinário agrícola, economizar insumos e trabalho, empregar trabalho intelectual na administração e na técnica agrônômica, ganhando em produtividade. Há também vantagens comerciais, na competição por mercados, e financeiras, no acesso a crédito (idem: 114 e ss.).

A sobrevivência da pequena propriedade camponesa portanto não se apóia em seu melhor rendimento, mas em suas menores exigências. Nela a competição por

⁶ Utilizamos aqui a edição em espanhol da referida obra, as citações foram traduzidas pelo autor deste trabalho. Adotaremos o mesmo procedimento para as demais citações em língua estrangeira.

mercados leva ao trabalho excessivo do produtor direto e de sua família, estendendo sem limites a jornada de trabalho. Diminui o tempo para a administração da fazenda. O camponês reduz suas necessidades alimentares (“consumo insuficiente”) para manter a propriedade: “nosso camponês pode suportar uma soma incrível de privações para conservar sua independência” (ibidem: 121). Assim, o nível de vida do assalariado agrícola chega a ser melhor que o do camponês. O camponês desta forma não consegue manter-se exclusivamente com base em sua produção e busca outras formas de trabalho assalariado.

Assim se configura um quadro de forte superioridade da grande produção. Todavia, a extensão das propriedades rurais encontra algum limite na ampliação dos custos de transporte, administração e armazenamento, que a partir de um certo ponto tornam-se pouco rentáveis. Há culturas também que se revelam mais propícias à agricultura intensiva, e mesmo a pecuária já começaria a se beneficiar de procedimentos desse tipo. A produção extensiva encontra mais facilidade em países com grandes extensões de terras livres, como nos Estados Unidos e nas colônias européias. A extensão das propriedades também é limitada pela escassez de capital, o que estaria levando à opção pela transição a uma exploração intensiva já nas províncias alemãs ao Leste do Elba (idem: 160), onde já aparecem pequenas propriedades ao lado das grandes fazendas. A extensão sem limites das fazendas só permanece onde ainda prosperam os sistemas de arrendamento, já que exploração e propriedade aí não coincidem. Quando a exploração é feita pelo próprio proprietário, a tendência de concentração do capital não leva à expansão sem limites das fazendas, mas à aquisição de outra propriedade.

A permanência da pequena propriedade interessa ao grande proprietário para garantir suprimento de força de trabalho. Os “jornaleiros” (trabalhadores diaristas) são por vezes agricultores independentes, que complementam sua subsistência com o cultivo de pequenas extensões. A eliminação da pequena exploração traria um problema grave de escassez da força de trabalho nas grandes propriedades, o que faz com que haja necessidade de um equilíbrio entre as tendências de concentração e fracionamento da propriedade. Da mesma forma, as pequenas explorações não competem diretamente com as grandes, mas devido à sua insuficiência tornam-se até consumidoras de seus produtos⁷. O camponês proletarizado já não é mais necessariamente expropriado de suas

⁷ Uma das conseqüências disso é que a política protecionista do preço de cereais aplicada pelo governo alemão não é do interesse de todas as classes agrícolas, já que os pequenos produtores são mais

terras, como aliás também havia demonstrado Lênin em seu estudo, ele ingressa nas fileiras do proletariado devido à precariedade de suas terras.

Kautsky trata ainda de outros obstáculos ao desenvolvimento da agricultura comercial, sobretudo a elevação da renda da terra, decorrente da ampliação das áreas cultivadas em direção a terrenos menos produtivos. A renda da terra é contraditória com a ampliação dos investimentos em capital, representa um desvio de recursos da atividade produtiva em benefício de proprietários ausentes. A ampliação da renda da terra é um contrapeso ao aproveitamento do progresso técnico e científico, e reforça por sua vez a dependência da agricultura da indústria. Outros fatores concorrem para reforçá-la, como o endividamento dos produtores rurais, o fracionamento das propriedades por direitos de herança, a diminuição da população rural em favor das cidades.

Neste quadro, a população rural encontra-se em uma crise, da qual não pode sair por seu próprio impulso. A saída seria a socialização da produção agrícola e não a agricultura camponesa. Neste sentido, “o desenvolvimento social procede na agricultura no mesmo sentido que na indústria” (idem: 330) e a grande produção agrícola é que seria a base de organização da futura economia socialista:

“A vasta superfície ocupada pela grande exploração agrícola, cujo caráter capitalista se desenvolve cada vez mais, o incremento dos arrendamentos e das hipotecas, a industrialização da agricultura, são elementos que preparam o terreno para a socialização da produção agrícola que devem surgir do domínio do proletariado tão seguramente como a socialização da produção industrial, com a qual se combina cada vez mais para constituir uma unidade superior” (Kautsky, 1974: 328).

A socialização da agricultura, política a ser implementada por um poder operário, uniria o melhor de dois mundos, as vantagens econômicas da grande produção com a disposição de uma “força de trabalho suficiente, inteligente, bem disposta e cuidadosa” (idem: 329), típica dos produtores diretos, agora cooperados. A consequência seria o desaparecimento da pequena exploração independente, que já não possuiria funcionalidade no sistema e seria historicamente superada.

Deixando à parte a utopia de uma socialização de tal tipo, nos parece claro que uma tal política dificilmente poderia contar com a participação interessada dos camponeses. Aqui, eles seriam muito mais objeto do que sujeitos desta política. Apesar

consumidores do que produtores de cereal (Kautsky, 1974: 182). Há mais proximidade de interesses desse agricultor proletarizado com o operariado urbano do que com o grande fazendeiro.

da grande influência do livro de Kautsky, ele não colocava a questão agrária no centro da luta política, já que esta seria travada entre o operariado industrial e a burguesia. Há assim uma grande diferença com o argumento de Lênin, e em certo sentido uma subestimação da força conservadora que a aristocracia prussiana representava naquela sociedade. Em favor de Kautsky deve-se dizer que ele evitou replicar sua análise para as condições da Rússia, reconhecendo aí a possibilidade de uma ação revolucionária do campesinato. Isso porém implicava em identificar a Rússia como parte de um outro universo, o Oriente, com toda a carga de atraso político e cultural que isso podia trazer (Hegedüs, 1984: 170). A posição de Lênin era diferente. Ele recebeu bem a publicação do livro de Kautsky e o defendeu publicamente (Lênin, 1981), entretanto ele não assimilava todas as suas teses.

1.5 – A questão agrária e a Revolução de 1905

A solução que Lênin formulou para a questão agrária foi bastante original e este é um ponto de grande interesse. Mais do que qualquer outro, Lênin percebeu os efeitos particularmente conservadores de uma aliança entre os velhos proprietários fundiários e a nova burguesia industrial. Este é o núcleo social e político que conferia o andamento passivo (na feliz expressão de Gramsci) para as revoluções burguesas na periferia do capitalismo. Na Rússia isto se expressava articuladamente na tendência de se conduzir a transição para a agricultura comercial a partir do latifúndio, e na tentativa de reformar o czarismo numa aliança “liberal – monárquica”, o que para Lênin (1979b) significava uma democracia limitada.

Esta condução “reacionária” da revolução burguesa era a tendência dominante na Europa desde a repressão da Comuna de Paris, e a Alemanha era o caso nacional exemplar. A questão agrária deveria então ocupar o centro do debate político. Não se tratava apenas de saber se com a evolução do capitalismo, o campesinato iria desaparecer ou não. Para Lênin isso eram favas contadas, o campesinato já estava em vias de desintegração. O problema era maior, o destino da questão agrária poderia determinar o sentido da revolução burguesa. Daí que o campesinato deveria ter um papel chave na disputa política, e não resistindo à emergência do capitalismo, mas como sujeito ativo deste processo.

O episódio que poderia marcar esta virada na conjuntura é a Revolução de 1905. O Império czarista estava fortemente abalado pela derrota militar na guerra contra o

Japão, e a crise econômica ampliava o descontentamento social. A violenta repressão a uma manifestação popular pacífica foi o estopim de um conjunto de revoltas e da ascensão de um movimento de greves operárias. A monarquia foi obrigada a negociar e abrir a perspectiva de um regime constitucional. A social democracia russa reagiu de forma distinta a essa questão. O grupo de Plekhanov, conhecido como *menchevique*, defendia uma aproximação política com o partido liberal (os *cadetes*), interpretando a revolução em curso como obra da burguesia, que deveria ser por ela conduzida.

Lênin não tinha dúvidas de que o caráter da revolução era “democrático – burguês” e não socialista. Sua interpretação anterior permanece válida, a Rússia era um país essencialmente atrasado, com provas vivas de sobrevivências feudais no campo, e com o poder organizado em torno de uma autocracia burocrática, onde a pessoa do czar desempenhava papel absoluto. Do ponto de vista econômico e social, o objetivo da revolução deveria ser abrir caminho para o rápido desenvolvimento do capitalismo. Politicamente, a revolução deveria derrubar o czarismo e instituir em seu lugar uma República parlamentar (*idem: 398 e ss.*).

Lênin mais uma vez demarca o campo com os herdeiros do populismo, os *socialistas revolucionários*, e a tese do “salto sobre o capitalismo”. A política *menchevique*, entretanto, era criticada por outras razões. A aproximação com os cadetes implicava em certo gradualismo na condução das reformas. Nesta linha, eles estariam admitindo não só o caráter burguês da revolução, mas também uma condução liberal – burguesa. Ao proletariado restaria apenas um longo trabalho de preparação do futuro. Lênin, porém, considerava a burguesia russa incapaz de conduzir a revolução. Neste ponto ele se apoiava na análise do quadro europeu do final do século dezanove, marcado pelo deslocamento da burguesia do campo da revolução para o campo da reação. Também na Rússia estariam sendo privilegiadas as soluções conciliatórias. Já não interessava à burguesia varrer completamente os resquícios do passado feudal, pois ela podia apoiar-se neles contra o proletariado. O fantasma da burguesia já não era o poder absolutista, mas a ameaça proletária (*ibidem: 406 e ss.*).

Aqui se expressa a contradição peculiar a uma nação onde a transição para o capitalismo foi tão tardia, a burguesia tem interesse nas reformas, porém teme perder o controle sobre as massas proletarizadas. Na Rússia, essa situação tornou-se ainda mais delicada devido à atuação do czar, refratário até às mínimas concessões. Tem-se então um quadro de uma burguesia com reduzido campo de manobra, pressionada por baixo (por operários e camponeses) e por cima (pela autocracia).

A tática de Lênin era impedir a concretização de uma via gradualista na Revolução que possibilitasse a recomposição da burguesia com o Czar, reproduzindo a aliança entre proprietários fundiários e industriais, para manter o proletariado sob controle. O ponto era levar a uma situação de ruptura com o passado, configurando um quadro mais vantajoso para uma tática de tipo “jacobino”, de aprofundamento progressivo da revolução até onde a burguesia não pudesse sustentar. A revolução deveria varrer os restos feudais e assegurar um desenvolvimento mais rápido e mais livre ao capitalismo russo (Lênin, 1979b: 410).

O caminho estratégico para o socialismo era a democracia política, o livre desenvolvimento da luta de classes e aqui podemos dizer que era romper com o passado, inserir a Rússia no trilho do desenvolvimento ocidental. A República democrática seria o melhor cenário para o desenvolvimento político do proletariado, e quanto mais livre do passado feudal, melhor. Sobre a importância da democratização do poder para a chegada ao socialismo, Lênin responde aos críticos:

“(…) damos o primeiro passo na sua direção pelo único método possível, pelo único caminho certo, isto é pelo caminho da república democrática. Quem quiser chegar ao socialismo por outro caminho que não seja o da democracia política chegará a conclusões absurdas e reacionárias, tanto no sentido econômico como no político” (idem: 391)

Assim, a democracia expressa a comunidade de interesses entre o proletariado e o campesinato, pois ambos se opõem à condução liberal e latifundiária da revolução. O campesinato necessita da República para conquistar seus interesses em matéria de reforma agrária, da liberação da terra com a destruição do latifúndio. A democracia é também mais vantajosa para exprimir sua posição política devido a seu grande número na sociedade. Daí que, para Lênin, esta seja a aliança capaz de levar a revolução adiante. Com ela, a questão agrária vem para o centro do debate, pois é aí que se decidiria o caminho da modernização na Rússia.

Para Lênin, a revolução camponesa se apresenta como uma variante da revolução burguesa em geral. Em 1905, a ala *menchevique* do marxismo russo não teria percebido esta diferença, e falava em revolução burguesa apenas, sem ver que a força motriz da revolução não era a grande burguesia, mas o campesinato. A burguesia era já força decadente, e a revolução só poderia seguir adiante com a unidade de interesses entre camponeses e operários (Lênin, 1974).

Este ponto fica mais claro em *O programa agrário da social-democracia*, de 1907. Transcorridos dois anos das grandes manifestações, já se apresenta com maior nitidez o cenário descrito anteriormente. O czarismo começava a levar adiante um programa de reformas no campo, conformando uma solução para a questão agrária, sem que houvesse interferência na propriedade latifundiária. Stolipin, o ministro do governo czarista à frente das reformas, empreendia um programa de destruição das comunas camponesas e de colonização de terras novas que aprofundava a divisão do campesinato e ao mesmo tempo possibilitava a preservação das grandes propriedades da nobreza latifundiária. O caráter nitidamente anti-camponês das reformas exigiu um cerceamento ainda maior da democracia e o recuo nas concessões políticas feitas no princípio da revolução⁸. Desenhava-se o caminho que Lênin chamou de *via prussiana* para o desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

1.6 – *Via prussiana e via americana* de desenvolvimento do capitalismo

A tese que Lênin veio construindo desde seus primeiros estudos agrários é que o desenvolvimento da economia mercantil leva ao fim do feudalismo e de suas relações sociais típicas. Assim, o capitalismo emerge como modo de produção novo, que reorganiza as relações sociais de produção no campo e na cidade sob seu comando. Esse processo porém não é unívoco, nem tem seu resultado previamente conhecido, pois o ritmo e o tipo de sua evolução dependem das condições particulares de cada formação social e mais especificamente, das relações de força entre as classes interessadas e da luta política travada. Se com isso se afastam as utopias populistas, e deve-se concluir que não é possível o salto sobre o capitalismo, é preciso ver que, na Rússia, a transição poderia se dar de duas formas, a transformação da economia latifundiária ou a liquidação do latifúndio. Ou seja, o latifúndio poderá comandar o desenvolvimento, gradualmente substituindo os métodos feudais de produção e organização do trabalho por métodos capitalistas; ou de forma alternativa, essa transição se dará pela liderança

⁸ Segundo Hill (1967), “após a dissolução da primeira Duma de Estado, as medidas de Stolipin tinham de ser tomadas por decreto; outra Duma teve de ser dissolvida, e as liberdades drasticamente cerceadas, antes de ser aceita essa política. Ainda assim, o novo esquema só conseguiu vingar com violência e lei marcial. Mais de onze mil pessoas foram condenadas a penas diversas, em 1907, sendo 3.500 enforcadas. A força era lugrubemente apelidada de “a gravata de Stolipin”. Houve aldeias que perderam um em cada dez homens.” (Hill, 1967, p. 77)

da economia camponesa, extirpando os latifúndios e depois, desenvolvendo livremente a economia capitalista.

“Esses dois caminhos de desenvolvimento burguês objetivamente possível, nós denominaríamos respectivamente caminho prussiano e caminho norteamericano. No primeiro caso, a economia feudal do latifundiário se transforma lentamente em uma economia burguesa, *junker*, que condena os camponeses a décadas inteiras da mais dolorosa expropriação e servidão, enquanto surge ao mesmo tempo uma pequena minoria de *Grossbauer* (camponeses grandes). No segundo caso, não existe economia latifundiária ou foi liquidada pela revolução, que confisca e divide as fazendas feudais. Neste caso predomina o campesinato, que se converte em fator exclusivo da agricultura e evolui até converter-se em agricultor capitalista.” (Lênin, 1974: 282)

Como já havia mostrado em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, há base histórica para esses dois tipos de evolução, e elas na verdade são concorrentes. Camponeses e latifundiários disputam o sentido da evolução da economia mercantil, com interesses opostos e com conseqüências distintas. A *via americana* possibilitaria o desenvolvimento mais rápido e mais livre do capitalismo, e por sua vez, favoreceria a constituição da democracia política, arena mais favorável ao ulterior desenvolvimento das lutas de classes, tal como previa Lênin. A *via prussiana* seria a base social do tipo de aliança conservadora que levaria a um andamento controlado do desenvolvimento do capitalismo, de modo a evitar a ruptura revolucionária.

Como as categorias indicam, essa construção está fundada numa perspectiva comparada dos casos nacionais de transição ao capitalismo. Na Inglaterra, caso clássico discutido por Marx em “O Capital”, as formas capitalistas de propriedade no campo se desenvolveram eliminando as formas arcaicas, sendo que a ruptura violenta foi posta em movimento a favor dos interesses dos antigos proprietários, que se tornaram rentistas. De toda maneira, as formas antigas desapareceram, e o que comanda esse processo não é a propriedade agrária, mas o livre desenvolvimento do capital, das condições para a livre inversão de capital na agricultura.

Na Alemanha, o desenvolvimento foi determinado por relações tradicionais, seguindo uma “senda reformista”, onde “se adaptou à rotina, à tradição, às possessões feudais – que se transformaram lentamente em fazendas de *junkers*” (*idem*: 319). Já nos Estados Unidos, a mudança se realizou pela derrota violenta dos fazendeiros escravistas do Sul na Guerra Civil, com a divisão dessas propriedades em pequenas fazendas

burguesas. Ali também, a extensão de terras livres foi utilizada para criar novas relações agrárias favorecendo a propriedade de tipo capitalista.

A existência de terras livres é uma variável decisiva na *via americana*, pois permite a instalação de pequenos proprietários em unidades com extensão suficiente para o desenvolvimento da agricultura comercial e leva à democratização da propriedade. Nos Estados Unidos, a colonização do Oeste através dos *homesteads* cumpriu este papel. Lênin (1980) produziu alguns anos mais tarde um importante estudo sobre as condições da agricultura nesse país, revelando quais as principais tendências de desenvolvimento da agricultura moderna.

Nos Estados Unidos, tínhamos três movimentos principais: a passagem da agricultura escravista para a capitalista, no Sul, que derrotado na Guerra Civil viu uma parte de suas grandes fazendas se dividirem em pequenas propriedades. O rápido desenvolvimento do capitalismo numa região livre e avançada, o Norte e Nordeste americanos, onde se pratica a agricultura mais intensiva e com mais alto valor. E por fim, a colonização em larga escala, “guiada pelos princípios da democracia capitalista” (*idem: 98*) no Oeste. No conjunto da economia norte-americana avançam o assalariamento de operários agrícolas e o emprego de máquinas e de adubos. Onde o desenvolvimento é mais avançado, a agricultura torna-se mais intensiva, e cresce a concentração da propriedade. Em todo o país, a produção tende a aumentar seu valor.

Esses três movimentos, a produção intensiva no Norte, a colonização de terras livres no Oeste e a ruptura violenta com o escravismo no Sul, permitiram aos Estados Unidos tornar-se a “vanguarda do capitalismo”, com o mais rápido crescimento econômico e o melhor aprimoramento da técnica.

“Os Estados Unidos não possuem concorrente que os iguale, nem pela rapidez de desenvolvimento do capitalismo no final do século XIX e início do século XX, nem pelo nível extremamente elevado já atingido por este desenvolvimento, nem pela imensidão do território sobre o qual se aplica uma técnica que representa a última palavra da ciência e que leva em conta uma notável diversidade de condições naturais e históricas, nem pela liberdade política e o nível cultural da massa da população. Portanto, sob vários aspectos, este país constitui o modelo e o ideal de nossa civilização burguesa” (*ibidem: 1*).

Portanto, a aposta na *via americana* significava levar às últimas conseqüências a possibilidade de um desenvolvimento mais livre, como caminho mais favorável às lutas futuras pelo socialismo. A chave para a *via americana* era a democratização da

propriedade agrária, e a Rússia possuiria as condições necessárias para tanto, como já se mostrava no rápido desenvolvimento conseguido pelos camponeses livres nas terras de fronteira. Este campesinato, liberado das obrigações de natureza feudal com a comunidade ou com o senhor, é que poderia adotar as melhores técnicas para cultivo do solo e com isso expandir a colonização de terras russas. Assim, é sobre a base da relação entre terras disponíveis, campesinato livre e avanço da técnica, que a Rússia poderia se aproximar do modelo norte-americano e constituir sua revolução burguesa.

As reformas de Stolipin, apoiadas pelos liberais russos, promoviam a colonização da fronteira agrária sem contudo alterar o estatuto das grandes propriedades da nobreza (ou mesmo da burguesia). A expropriação violenta da massa camponesa, com a destruição das velhas comunas (a terras de *nadiel*) se fazia em benefício dos camponeses mais ricos ou dos latifundiários. Nesta linha aprofundava-se a separação do campesinato e fortalecia-se a classe dos *culagues*, os camponeses ricos, enquanto que a massa camponesa era deixada à proletarização (Lênin, 1974: 321). Projetada no tempo, a política de Stolipin deveria dividir o campesinato e criar no campo uma classe de proprietários fortes com interesses opostos ao moderno operariado. Ela consolidaria a *via prussiana* de desenvolvimento do capitalismo, fortalecendo a conciliação com as antigas classes proprietárias. O poder político não se democratiza e podem ser mantidos os mecanismos de repressão das classes de trabalhadores.

As hipóteses elaboradas por Lênin com as categorias de *via prussiana* e *via americana* de desenvolvimento do capitalismo, apesar de formuladas no contexto específico da Rússia do início do século vinte, possuem um valor heurístico mais geral para tratar dos processos de modernização. A concretização da aliança entre as antigas classes de proprietários agrários e a emergente burguesia capitalista, tal como na *via prussiana*, parece ter sido um estímulo poderoso para a condução conservadora da modernização, um freio para a democratização da propriedade e a mais lenta abertura para a democracia política. O caráter desigual do desenvolvimento do capitalismo é aqui reforçado pela incorporação renovada de desigualdades anteriores.

Num pólo oposto, a solução da questão agrária deveria transitar pela democratização da propriedade agrária, possibilitando a emergência de uma burguesia rural desvinculada da tradição e dos controles feudais. Daí que se possa dizer que a *via americana* tenha um sentido revolucionário e que produza uma ruptura com a estrutura social anterior. Naquelas condições históricas determinadas esse movimento só seria possível com iniciativa e apoio operário.

As categorias formuladas por Lênin estabelecem uma relação significativa entre processos de mudança social e o âmbito do político, no contexto de um caso de modernização tardia. As duas vias de desenvolvimento estão referidas a um tipo de solução da questão agrária e com ela as possibilidades de hegemonia de tal ou qual classe no curso do processo. Sabendo que há entre elas a possibilidade de “combinações infinitamente diversas” (Lênin, 1982: 11), não seria correto dizer que há para o autor um único destino capitalista. As duas vias são estabelecidas no plano teórico e vinculam sociedade e política segundo uma relação determinada.

Capítulo 2 – Os estudos agrários de Max Weber

O conjunto de textos de Weber que vamos examinar neste capítulo, quase todos produzidos entre 1892 e 1906, revela um autor preocupado com as conexões entre a mudança social e a dinâmica política. Este período é marcado pelo início da carreira universitária de Weber e por uma vigorosa intervenção política do autor. Na década de 1890 a Alemanha vivia uma reconfiguração política após a queda da chancelaria de Otto von Bismarck, personagem central da unificação alemã. Weber atuou política e profissionalmente nas instituições sociais da política pós – Bismarck, em geral associações como a *Verein fur Socialpolitik*, que congregavam políticos e intelectuais de orientações diversas. Os textos de Weber nesse período são conferências, artigos e relatórios de pesquisa, onde fica ressaltado seu papel como um intelectual público⁹, cuja produção está orientada para a compreensão da realidade presente e o debate público sobre as alternativas possíveis. Não seria possível então compreendê-los sem examinar algumas das questões políticas em que estavam envolvidos e as proposições políticas que se seguiam. Há de toda forma, um esforço teórico consistente em deslindar as singularidades de um processo histórico específico.

2.1 – A constituição do trabalho no Leste alemão e a emergência da agricultura capitalista

O ponto de partida desse debate em Weber é o conjunto de estudos que ele empreendeu sobre a situação agrária do Leste da Alemanha, a partir de 1892, como parte de um trabalho mais amplo levado pela *Verein fur Socialpolitik*, que havia enviado questionários a empregadores agrícolas de diversas províncias alemãs colhendo dados sobre as condições do trabalho e a economia das fazendas. As regiões alemãs foram divididas entre os pesquisadores, cabendo a Weber as províncias orientais, ao Leste do rio Elba. A região era estratégica, pois representava a sede das fazendas da aristocracia

⁹ Sobre esse ponto ver Tribe (1989).

prussiana, os *Junkers*, que havia sido o grupo social predominante na unificação alemã e havia dado à Alemanha seu mais importante chanceler, Bismarck.

O estudo de Weber contém uma breve introdução com temas metodológicos e algumas proposições teóricas. Seu trabalho está voltado para a identificação dos interesses dos trabalhadores rurais e dos empregadores, com relação às condições materiais de sua existência, suas aspirações e interesses futuros. Ele afirma que é só a partir daí que se pode vislumbrar alguma tendência para o desenvolvimento. Assim, ele buscou a partir dos questionários identificar o quadro de divergências e convergências de interesse entre trabalhadores e empregadores (Weber, 1981: 17-18).

Weber se propõe a esclarecer a *constituição do trabalho*, categoria que se refere a um conjunto de relações de trabalho, de regulamentação legal, de estratificação social em um sistema sócio-econômico¹⁰. Apesar de haver diferenças entre os dados referentes às diversas províncias, poderia-se dizer que “as bases gerais da constituição do trabalho no Leste são essencialmente uniformes, sendo que as diferenças expressam principalmente etapas diversas do desenvolvimento econômico” (idem: 15). O momento da análise é marcado pela forte transformação provocada pelo desaparecimento da agricultura de três folhas¹¹ (característica do período feudal), pela queda do preço dos cereais, e a introdução de culturas essencialmente comerciais como a beterraba (de açúcar) e a batata. Este fenômeno tem para o autor, o caráter de “manifestações em massa”, é um processo global, que provoca mudanças profundas nas relações sociais e políticas. A referência a “etapas” não deve ser entendida como uma sucessão histórica

¹⁰ Scaff (1989) argumenta que a categoria “constituição do trabalho” (*Arbeitsverfassung*) é o “termo teórico chave” (*key theoretical term*) dos estudos agrários de Weber na década de 1890. O termo seria comum entre os economistas da época designando a constituição, condição ou organização do trabalho ou das relações de trabalho historicamente dadas. Não é uma categoria da economia política clássica, mas teria encontrado abrigo na “escola histórica” alemã, combinando conotações políticas, econômicas, jurídicas e sociais. Weber a teria empregado em um sentido mais específico, enfatizando as relações de estratificação social e postulando a constituição do trabalho como um “tipo” logicamente coerente de características e propriedades de um sistema específico, o que lhe possibilitaria fazer a comparação entre patriarcalismo e capitalismo, como tipos distintos. O que Scaff sugere é que a escolha desta categoria indica a opção de Weber por uma explicação multi-causal.

¹¹ A agricultura de três folhas era um sistema característico do período feudal entre os povos germânicos. A terra era dividida entre as “folhas” de cultivo coletivo, os bosques e pradarias de uso comum e as “hortas” contíguas à moradia camponesa, de uso privativo. As “folhas” por sua vez eram também divididas em lotes que as famílias cultivavam por conta própria, mas não conforme sua vontade. Elas estavam aí sujeitas à “obrigação da folha”, que consistia no cultivo uniforme, respeitando o rodízio de folhas, que previa o pousio de uma das folhas ao ano e a rotação das culturas de trigo e sementeiras nas demais. Após a colheita as folhas eram liberadas para a pastagem do gado. Este era um sistema sólido e conservador, que unia solidariamente os camponeses e não dependia de abastecimento externo. O avanço da agricultura comercial minou a sua estabilidade. Uma boa descrição de sua evolução encontra-se em Kautsky (1974: 21 – 28). Weber comenta as variedades que o sistema assumiu, sua combinação com a agricultura senhorial, a variação da extensão da horta camponesa e sua relação com a autonomia do camponês (ver Weber, 1981: 25-6).

necessária, mas como expressão de um processo de transição em curso, onde convivem tipos diferentes de *constituição do trabalho*.

Na agricultura, um problema central para examinar a *constituição do trabalho* é determinar a demanda periódica da força de trabalho, isto é, sua distribuição desigual durante o ano. No passado, este problema era resolvido pelos empregadores com a prestação obrigatória de serviços de camponeses subjugados, o que mantinha uma força de trabalho permanentemente disponível. Esta era uma relação de dominação pura, que assumia para todos um caráter de direito privado. Ela se desfaz com a abolição da servidão e com a legislação agrária, sendo que o trabalhador passa a ser arregimentado através de contratos de trabalho. Tem-se assim dois grandes grupos de trabalhadores no Leste, os vinculados à propriedade por um contrato fixo, geralmente com moradia na propriedade, e os que se empregam temporariamente, os trabalhadores “livres” (ibidem: 21).

Os trabalhadores livres não dispõem de contrato de trabalho anual, são remunerados em dinheiro¹², e possuem contratos individuais (e não familiar). Onde a velha constituição do trabalho sofreu poucos abalos, esse tipo de trabalho é contratado apenas temporariamente, mas já há lugares onde predomina como força de trabalho duradoura. Esse trabalhador assemelha-se mais ao proletário industrial e seu interesse diverge do “morador” (*Instmann*) em questões econômicas centrais, como o preço dos alimentos. Weber observa também que, em geral, suas possibilidades de ascensão social são restritas, pois não possui qualificação e experiência na administração de pequenas propriedades, nem consegue obter rendimentos crescentes ao longo da vida, sendo raro conseguir chegar ao campesinato. Sua melhor perspectiva é tornar-se um operário industrial (Weber, 1981: 47). Os efeitos subjetivos do trabalho livre e a desvinculação das obrigações patriarcais não podem todavia ser subestimados, como veremos mais abaixo.

A principal categoria dos trabalhadores vinculados é a do “morador” (*Instmann*), cujo contrato prevê o trabalho de toda a família, em troca de habitação na propriedade,

¹² Os salários examinados na pesquisa variam fortemente entre os distritos e mesmo no interior deles. A variação é maior onde o trabalho assalariado é rarefeito, e é aí também que se encontra a maior variação sazonal. A transição para o trabalho assalariado tende a nivelar os salários, a estabelecer alguma relação econômica em lugar dos variados fatores individuais e particulares que regulam a remuneração agrícola nas velhas fazendas. Então o nível dos salários passa a estar associado à facilidade de acesso aos mercados (ferrovias e proximidade com as cidades), à intensividade do cultivo, à distribuição da propriedade (Weber, 1981: 52-3).

pagamento em víveres e participação nos lucros da venda de produtos da grande propriedade. Ele possui seus próprios instrumentos de trabalho e cultiva um pedaço de terra cedido, além de criar gado. Pode ainda contratar trabalhadores dependentes (ou agregados) para períodos específicos, como a colheita em sua terra. Além desses, as fazendas possuíam ainda uma categoria de “empregados fornecidos” (*Deputanten*), cuja principal diferença com o morador, era o recebimento de um salário fixo em dinheiro no lugar da participação nas receitas da fazenda (idem: 23 e ss.).

Percebe-se na comparação entre essas duas categorias um jogo entre autonomia e independência versus segurança e risco. Os pagamentos pré – fixados aumentam a segurança do trabalhador, mas restringem sua autonomia, como por exemplo, quando se troca a permissão de criação de vacas ou cabras por pagamentos fixos em leite, pois o trabalhador pode contar com um suprimento fixo, mas perde a chance de vender excedentes no mercado. O “morador” está em uma condição particular, pois, além disso, sua remuneração depende dos resultados dos produtos da propriedade, ele “tem um interesse tão grande nos preços do cereal, do gado e dos suínos quanto o próprio empregador, geralmente um interesse ainda maior, devido ao peso relativamente elevado que estas rubricas têm em seu orçamento” (idem: 28).

Por outro lado, o morador está mais fortemente vinculado à propriedade e sujeito à justiça patrimonial, constituindo uma relação de dominação “*de facto e de jure*” sobre sua pessoa e sua família. Este tipo de contrato, diferencia-se então dos modernos contratos de trabalho assalariado:

“esta situação mantinha, e ainda mantém, o trabalhador em alto grau de influência face à sua capacidade individual de trabalho, e também face às arbitrariedades do senhor, mas por outro lado fundamenta uma intensa comunidade de interesses” (Weber, 1981: 31).

Dessa forma, “suporta-se a direção rigorosamente patriarcal porque isto correspondia às bases econômicas da relação” (idem: 32). A *comunidade de interesses* é uma categoria central nessa análise, pois é esta relação de base econômica (a remuneração com base em direitos compartilhados sobre o produto) que dava suporte ao conjunto das relações patriarcais e patrimoniais¹³ nas fazendas *junker*. Ela possibilitava

¹³ “Patriarcalismo” e “patrimonialismo” são categorias importantes do pensamento weberiano. Nos estudos aqui examinados, o termo dominante é “patriarcalismo”, ao lado de “relações patriarcais” e semelhantes. Rigorosamente, nesses textos não há uma distinção com patrimonialismo. Em *Economia e sociedade*, Weber faz essa distinção, ali, a “estrutura patriarcal de dominação” está referida a “relações de piedade rigorosamente pessoais”, onde a obediência a normas está fundamentada na “tradição” e na subordinação pessoal ao senhor. Sua origem está na autoridade do chefe da comunidade doméstica. A

a direção política dos grandes proprietários sobre o conjunto da população rural. O proprietário podia se constituir em representante autêntico dos interesses de seus dependentes em matéria de política econômica. Ela consolidava a propriedade como base de uma organização social altamente solidarizada, ao mesmo tempo em que a hierarquia e a direção patriarcal podiam ser vistas por todos como algo em seu benefício.

Porém, a sobrevivência dessa estrutura estava subordinada à continuidade da comunidade de interesses econômicos, que por sua vez era minada pela evolução da agricultura comercial. A concorrência com o mercado mundial, a inversão cada vez maior de capitais, os métodos comerciais de gestão e administração alteravam o quadro. Princípios de racionalidade econômica se insinuavam na velha “economia natural” das propriedades. Sob o velho sistema, que não dependia de maquinário e capital, o fazendeiro podia considerar que a receita obtida era, de fato, produto do trabalho comunal compartilhado e com isso manter os direitos comunais sobre o produto. Tal situação desaparece com cada investimento de capital. A renda não é mais produto apenas do trabalho, e a compensação pelo uso do produto do trabalho alheio (em bases capitalistas) aparece implícita ou explicitamente como renda do capital. Com isso desaparece progressivamente a remuneração com base em direitos compartilhados, sendo substituída por salários monetários (Weber, 1989a: 163). O “morador” vinha sendo progressivamente substituído pelo “empregado fornecido” (*Deputant*), sem direitos sobre o produto da fazenda, e pode-se ver ainda que, ao seu lado, cresce a categoria dos trabalhadores assalariados em dinheiro.

A descrição da relação patriarcal e da comunidade de interesses não deve levar a crer que havia um ambiente de confiança pessoal entre “moradores” e proprietários. O que Weber argumenta é que havia uma efetiva comunidade econômica de interesses, que garantia a direção patriarcal. Contudo, esta é uma relação de subordinação, cuja abolição é reivindicada cada vez mais pelos próprios empregados. Do ponto de vista do proprietário, ela corresponde a uma racionalidade econômica, que permite a redução dos custos de manutenção da força de trabalho ao mínimo (idem: 167). Do ponto de vista do

extensão da dominação patriarcal para fora da comunidade doméstica, cria o *oikos*, que é a comunidade doméstica diferenciada e descentralizada, sob o qual se desenvolveu a “dominação patrimonial”. Ela implica em uma debilitação do poder doméstico e numa exigência de reciprocidade, reconhecida como “costume”. Sob o patrimonialismo, Weber fala em uma ordem “lábil”, mas estável, que depende da “boa vontade” e pode resultar em “direitos” e na “comunidade de interesses” (Weber, 1999: 234 – 239). O patrimonialismo servirá de referência para a análise de um conjunto diferenciado de formas de governo. A tipologia de *Economia e sociedade* é bem mais desenvolvida do que a que examinamos nestes estudos agrários.

trabalhador, o pagamento de salários reduz a dependência de uma única propriedade, torna a relação contratual mais fungível e aproxima-se das modernas aspirações de liberdade. A proletarização, na maioria das vezes, piorava a condição de vida dos trabalhadores, mas eles aceitavam a troca. “A população rural por vezes abandona posições mais favoráveis, mais seguras, em busca da emancipação pessoal” (idem: 172).

O avanço da agricultura comercial dá vazão a um forte movimento migratório. A agricultura intensiva reforça a necessidade de trabalho sazonal, com remuneração em dinheiro, criando uma categoria de trabalhadores exclusivamente temporários e migrantes. Eles vêm inicialmente de regiões superpovoadas ou de agricultura extensiva, mas com o tempo, esse tipo de trabalho é adotado por quantidades cada vez maiores de trabalhadores. O migrante tem disposição para o trabalho duro, e longe de casa suporta condições mais baixas de vida, o que lhe possibilita poupar algum recurso, reduzindo ao máximo suas despesas com alimentação e moradia nesse período. Assim, o trabalhador migra não só em busca de melhores salários. Ao mesmo tempo, a migração lhe permite reduzir a dependência em relação aos empregadores locais, sempre associados a relações de poder tradicionais, “é a urgência de liberdade pessoal que leva o trabalhador para empregos longe de casa” (idem: 175). Assim, a apatia tradicional do trabalhador rural dá lugar à mobilização, que paulatinamente coloca em movimento um princípio de luta de classes.

Weber percebia o surgimento de tendências individualistas muito acentuadas entre os trabalhadores, “a tendência mais pronunciada entre os mais capazes dos trabalhadores, é a vontade de separar-se à qualquer custo da ‘casa’ patriarcal e da comunidade econômica, mesmo que ao preço de uma passagem pelo proletariado” (Weber, 1986: 66). O individualismo está relacionado ao desejo de liberdade pessoal, de independência frente à dominação pessoal.

“É o encantamento poderoso e puramente psicológico da liberdade que se expressa aqui. Trata-se essencialmente de uma ilusão grandiosa, mas, como se sabe, o homem – e mesmo o operário agrícola – ‘não vive só de pão’. As aspirações dos operários agrícolas nos mostram justamente que ‘ganhar seu pão’ é de uma importância secundária. Eles querem acima de tudo ser eles mesmos os artesãos de sua felicidade ou de sua infelicidade. Esta característica do mundo moderno é o resultado de uma evolução psicológica de ordem geral, e nós mesmos estamos a experimentá-la” (idem: 67).

O operariado agrícola esperava poder atingir uma condição de camponês desvinculado do domínio senhorial. A proletarização eventual era vista como um meio

para atingir a nova condição. O domínio senhorial limitava a perspectiva de ascensão, pois o máximo que se poderia alcançar era a condição de “morador”, com a posse de um pequeno pedaço de terra. A esperança era justamente ultrapassar essa barreira, o que não era sempre possível, devido entre outros fatores, mas principalmente à escassez de terras livres.

Se Weber vê com alguma simpatia a mobilidade interna do trabalho, o problema muda de figura quando se trata da imigração polonesa. Os trabalhadores poloneses vinham sendo cada vez mais demandados pelos proprietários do Leste. A aceitação de salários mais baixos é uma das razões para tanto, porém, mais importante ainda é o fato de serem portadores de uma cultura cujo nível de subsistência é muito inferior ao dos trabalhadores alemães. Esses imigrantes eram também mais dóceis, e menos sujeitos à regulação estatal das condições de contrato. Os empregadores tinham assim um controle absoluto sobre a força de trabalho.

A direção do movimento observado por Weber é a da desorganização das antigas relações sociais, é a mudança de uma *constituição do trabalho* de tipo patriarcal para uma outra de tipo capitalista, com todas as suas conseqüências políticas. A questão então não pode ser vista apenas como um problema econômico, “as propriedades do Leste não são meramente unidades econômicas, mas centros de dominação política” (Weber, 1989a: 159). Elas proviam a base material para um estrato social que combinava a autoridade no interior da fazenda com o exercício da força política e militar no âmbito do Estado. Porém, a agricultura comercial exigia que os fazendeiros se envolvessem diretamente na luta econômica, tornando sua base material menos segura e diminuindo sua capacidade de poder. Não era apenas a diminuição da receita da fazenda que minava a tentativa de manter suas posições, mas também a situação do grupo social deles dependente. As fazendas não se adaptaram totalmente às novas condições de mercado, preservando algumas relações tradicionais em especial quando produzindo para mercados locais. A ameaça de perda de posses para uma nova burguesia comercial, e de mercado para competidores estrangeiros, forçou os proprietários a se tornarem o que eles não eram: empreendedores trabalhando sob princípios comerciais. Este foi o golpe fatal sobre a economia autárquica das fazendas (“isolated estate economy”) e as relações dela derivadas (idem: 161).

As mudanças nas relações agrárias têm então forte impacto político, relacionam-se a um contexto mais amplo, “representam um dos elos de uma cadeia de transformações muito profundas que devem provocar um deslocamento de pontos de

apoio da dinastia e da administração” (Weber, 1986: 66). O interesse de Weber sobre a questão agrária não era circunstancial, nem restringia-se a problemas específicos da política agrícola. Seu interesse era sobretudo político, ligava-se às conseqüências que a introdução da agricultura comercial e a emergência de formas capitalistas no campo teriam para a organização política da Alemanha. Assim, a questão agrária ultrapassava o tema da *constituição do trabalho* no Leste e se configurava como tema estratégico para a compreensão do desenvolvimento da Alemanha como um todo. Dois pontos se destacam, um é a preservação cultural da “germanidade” na fronteira leste, ameaçada pela imigração polonesa. O outro, que para nossa discussão tem mais interesse, é o destino dos junkers enquanto grupo social, suas respostas políticas às mudanças em curso e os impactos na organização política e social.

2.2 – Os *junkers* e a política alemã

A particularidade desta ordem de senhores de terras, os *junkers*, era que historicamente eles se constituíram como dirigentes de grandes propriedades, diretamente envolvidos com a agricultura. Ao contrário da aristocracia inglesa, que arrenda terras, que vive fora da propriedade e a mantém graças a recursos jurídicos semelhantes aos monopólios capitalistas, ele é um empregador, envolvido na ação econômica. Sua influência social tem por base a propriedade agrária, mas vai muito além dela, eles “transmitem seu caráter ao corpo de oficiais, bem como aos funcionários prussianos, à diplomacia alemã (...) o estudante alemão adota o estilo de vida dessas classes” (Weber, 1974c: 103). Seu drama era lutar para preservar uma condição aristocrática, quando a situação econômica apontava em outro sentido: “ele gostaria de ser um senhor feudal, e não obstante tem de se tornar um empresário comercial e um capitalista” (idem: 111).

Os *junkers* alemães não eram propriamente desvinculados do mercado internacional. Durante séculos, eles venderam trigo principalmente para a Inglaterra, porém o fizeram em condições que preservaram a dominação patriarcal, baseada na comunidade de interesses. Como argumenta Riesebrodt (1989: 134) esse processo econômico não está voltado inteiramente para o lucro, mas para a satisfação de necessidades relacionadas com o status social, tanto dos senhores quanto de seus subordinados. A renda não é então calculada em termos de eficiência econômica ou de tempo de trabalho, mas em função desses níveis culturalmente estabelecidos. É a

organização patriarcal da fazenda que mantém os *junkers* enquanto um estamento (*Stand*), e a propriedade rural como base de um poder político. Do ponto de vista econômico, o que altera essa situação é a competição nos mercados internacionais, que obriga a redução de custos e a racionalidade econômica. Ao lado das fazendas *junker* há o crescimento de um tipo de agricultura essencialmente capitalista, produtora de beterraba e batata, geridas por uma classe de empresários agrícolas, que não possui as características sociais que marcaram os *junkers*. Porém, as questões econômicas não poderiam ser consideradas como único fator causal das mudanças. Como já argumentamos, ao seu lado, há fortes razões “psicológicas”, mudanças na mentalidade, sobretudo, dos trabalhadores, em busca de liberdade. As relações patriarcais de dominação perdem suas bases de sustentação econômicas e psicológicas.

Weber não via remédio que pudesse combater a decadência econômica dos *junkers*. O futuro da produção agrícola no mercado mundial passava pela adoção de métodos de agricultura intensiva, o que condenava a sua manutenção enquanto estamento, pois envolvidos na luta econômica, para obter sucesso eles teriam que tornar-se dirigentes capitalistas. Ainda assim, as perspectivas de encontrar lugar no mercado mundial para os produtos agrícolas “eram ao menos sombrias” (Weber, 1986: 67).

Desde 1860, com uma coalizão de interesses entre grandes capitais da indústria e da agricultura, a Alemanha praticava uma política que atendia a interesses essencialmente agraristas. Havia adotado o livre-comércio quando os produtores de cereais eram competitivos, mesmo que em uma fase inicial o protecionismo pudesse estimular a industrialização. Havia se voltado para o protecionismo agrário quando o quadro internacional mudou, novamente à custa da indústria, cujos trabalhadores tiveram de arcar com preços mais altos de alimentos. A Alemanha se industrializava, mas com a preservação da dominação política dos *junkers*, “cuja base econômica havia se tornado incerta, e cujos interesses a política econômica serviu quase exclusivamente” (Weber, 1989b: 215).

A manutenção dessa coalizão, onde a burguesia permanecia secundarizada, ameaçava o futuro da Alemanha como uma potência no cenário internacional. Como afirma Weber, “é perigoso e incompatível a longo prazo com o interesse nacional que uma classe economicamente decadente mantenha em mãos a dominação política” (Weber, 2003: 73). Se a aristocracia prussiana havia desempenhado um papel decisivo na liderança da unificação alemã, sua tentativa de manter uma posição estamental

incompatível com sua base econômica era contrária ao interesse nacional. Havia uma mudança estrutural na organização social que precisava encontrar correspondência política:

“As grandes propriedades do leste alemão constituíam os pontos de apoio da classe dominante prussiana dispersa pelo país e também o ponto de referência social do aparelho administrativo estatal. Mas, com a sua desagregação, o fulcro da inteligência política desloca-se irresistivelmente para as cidades, ao desaparecer o caráter social da antiga nobreza fundiária. Essa mudança é o momento *político* decisivo do desenvolvimento agrário do leste.” (idem: 74).

Esta seria a hora política da burguesia alemã, que contudo não se mostrava preparada para assumir a condução do destino da nação e se tornava cada vez mais “feudalizada”, trocando códigos especificamente burgueses por princípios aristocráticos de seleção social. Eles porém não são aristocratas verdadeiros, mas *parvenus*, expressões de um impulso moral burguês fraco (Weber, 1989b: 216). A aceitação da política agrarista comprometia a burguesia com a abdicação de um papel mais relevante em matéria de política externa. Na prática era a abstenção de uma política de conquista de mercados e influência no exterior, era o domínio pleno da política interna. Essa falta de apetite imperialista, em troca de uma existência pretensamente segura nos marcos de um estado nacional de tipo autárquico, é para Weber um pecado mortal. Os *junkers* caminhavam nesse sentido, pois acreditavam que essa era a única alternativa para preservarem seu padrão estamental, às custas do restante da nação. Eram, por isso, reacionários em matéria de política social, protecionistas em relação aos preços dos produtos agrícolas e promotores da imigração polonesa. Ao acompanhá-los, a burguesia abria mão de uma política de poder e caminhava no sentido de um capitalismo sem riscos.

A posição de Weber em relação aos *junkers* comportava uma certa ambivalência. Ela guarda aspectos positivos como seu papel na unificação alemã e na sustentação da monarquia, seu envolvimento na direção das propriedades agrárias (eram “empregadores responsáveis” e não magnatas conspícuos e ausenteístas). Mas por outro lado, Weber não se identifica politicamente com eles, e vê sua ação política como contrária a uma política de poder nacional. Sua relação com Bismarck, o mais eminente dos *junkers*, revela esta tensão. O chanceler é sem dúvidas um protótipo de estadista forte, com liderança política e capacidade de decisão. Porém sua atividade política foi excessivamente voltada para a manutenção de um poder pessoal, enfraquecendo todas

as instituições, partidos e lideranças à sua volta. Especialmente o Parlamento teve suas funções esvaziadas, com conseqüências negativas para o estabelecimento de partidos e lideranças com capacidade. Ele deixou a Alemanha uma “nação sem qualquer sofisticação política (...) sem qualquer vontade política própria”, acostumada a esperar que todas as decisões políticas viessem do “estadista” (Weber, 1974a: 20). A passividade da burguesia e dos liberais frente à Bismarck era motivo de crítica, mas é difícil negar que a figura do chanceler se projeta na imagem que Weber fará de uma liderança carismática nos debates políticos no início do século vinte.

Podemos dizer que a posição de Weber ao analisar a situação agrária do Leste vincula uma perspectiva nacional com um liberalismo político. Ele não era um liberal clássico em matéria de política econômica, pois era crítico do que chamava de dogmas da não intervenção estatal. De fato, sua proposição para o encaminhamento da questão agrária no Leste, preconizava a intervenção estatal para alterar as tendências de desenvolvimento que estavam em curso. O Estado deveria agir em função do interesse da nação, tendo em vista uma política de poder. Isso significava no Leste, deter a imigração polonesa em favor da instalação de trabalhadores alemães, aos quais deveriam ser cedidas terras em arrendamento para que pudessem estabelecer propriedades viáveis. Era uma política de colonização interna que esperava atender uma expectativa de ascensão ao campesinato, ao mesmo tempo em que poderia garantir uma força de trabalho disponível para a demanda sazonal dos grandes proprietários. Weber todavia não nutria esperanças de que essa alternativa fosse economicamente muito bem sucedida, mas seu objetivo central não era o sucesso econômico, e sim a defesa de posições estratégicas para a Alemanha. Isso implicava em um deslocamento da política agrária em favor de uma política industrial, de forma a competir no mercado internacional.

Como argumenta Mommsem (1984), para Weber, o futuro da Alemanha estava ligado à sua capacidade de se estabelecer no cenário internacional como grande potência. A este objetivo deveriam estar subordinadas todas as demais políticas. Em política agrária não hesitava em defender posições contrárias aos senhores rurais, preferindo a colonização do leste à importação de poloneses; preferindo o favorecimento de interesses bancários aos agraristas; temas todos ligados ao problema da conquista de uma posição de força na política internacional. Weber percebia a era dos imperialismos como inevitável, a livre competição estaria fadada a dar lugar a uma luta entre as nações por mercados para sua expansão. Nessa luta o que contaria era o

poder e nada mais. O imperialismo não seria uma questão de escolha. Sua noção de imperialismo combinava elementos de economia e de política, porém, a economia jamais teria primazia. O problema central seria a competição política (e às vezes militar) e o balanço de poder entre os estados nacionais. Em sua concepção poder real e prestígio de poder correspondem.

Ainda segundo Mommsem (1984), Weber duvidava que o progresso econômico e industrial durariam para sempre. A saturação da exploração dos territórios poderia levar à queda nas chances de lucro e assim favorecer a cartelização. O Estado assumiria porções cada vez maiores do empreendimento econômico, a dinâmica capitalista seria substituída pela burocratização e forte regulação econômica. O imperialismo seria uma fase intermediária, onde as nações ainda poderiam conquistar territórios livres. Como resultado disso, o futuro das liberdades individuais estaria em jogo. Weber as via como o resultado de um processo único, não repetível, e combinado, de expansão comercial, estrutura social e intelectualismo, que não poderia subsistir sem territórios livres, e daí que a Rússia e a América fossem vistas como uma oportunidade. A história apontava para um declínio da liberdade, o “alto-capitalismo” não possuía afinidade com a democracia ou a liberdade. Seu temor era o da petrificação de uma ordem econômica e social ultra racionalizada, burocratizada e estacionária (Weber, 2005: 102-3).

2.3 – Weber e a Rússia de 1905

Muitas dessas questões reaparecem nos estudos de Weber sobre a Rússia, notadamente os dois artigos que foram produzidos em 1906, ao calor dos acontecimentos do ano anterior, que estimularam o autor a aprender o idioma russo e a acompanhar os jornais diários desse país. O grande interesse pela situação se devia à possibilidade de uma transformação na autocracia czarista favorável a um regime constitucional burguês. Isso poderia levar a um entendimento sobre as questões da fronteira leste da Alemanha, o que seria positivo para a política externa alemã. Como veremos, as poucas esperanças de Weber se frustram rapidamente e a reforma se revela improvável. Se as circunstâncias políticas ajudam a entender os ensaios, sua importância vai bem além delas, e é sobre esses pontos que queremos nos dedicar aqui, em especial as relações que Weber estabelece entre a questão agrária e a modernização da Rússia.

No primeiro ensaio, escrito em fevereiro de 1906, Weber parte de uma forte consideração histórica, a impossibilidade de repetição na Rússia das etapas clássicas da modernização ocidental. Ele percebe que o capitalismo enquanto sistema econômico penetra o território russo, porém não encontra ali o conjunto particular de condições que permitiram um florescimento burguês no ocidente, cujo “individualismo político dos direitos humanos” foi produto de uma combinação específica de convicções religiosas, que repeliam todas as autoridades humanas como divinização da criatura, com uma “fé otimista, segundo a qual haveria uma harmonia natural entre os interesses de indivíduos livres” (Weber, 2005: 67). A evolução do capitalismo já não mais apontava nesse sentido, o que tornava mais difícil e atribulada a transição nos países retardatários.

Na Rússia, a única base histórica com que poderia contar a burguesia para apoiar uma transição que combinasse a modernização capitalista com um programa democrático e de reforma intelectual e moral no sentido da afirmação dos direitos individuais, eram os *zemstvos*¹⁴. Eles eram organizações responsáveis pela administração local, cuja responsabilidade ia desde a fundação de escolas até a produção de estatísticas. Eram relativamente independentes do Estado czarista, e na verdade supriam as grandes ausências deixadas pela burocracia, que ademais nutria pelos *zemstvos* um ódio profundo e sabotava sua liderança. Essa autarquia do poder local tinha importância comparável a das *townships* americanas ou das corporações prussianas, seu livre desenvolvimento, caso fosse possível, deveria levar à formação de uma camada de dirigentes da administração pública desvinculada da autocracia e ligada às camadas mais ativas da sociedade russa. O impedimento dos *zemstvos* pelo czarismo ajuda a entender a singularidade dos problemas que a transição na Rússia enfrenta.

O liberalismo teria que enfrentar fortes dilemas. O caminho clássico, da reforma gradual, é inviabilizado neste contexto. A permanência de uma autocracia absolutista pressiona o liberalismo “por cima”, enquanto que a existência de um proletariado crescente ao lado da massa camponesa, pressiona “por baixo”. O quadro é de um reduzido campo de manobra, que obriga o liberalismo a fazer “renúncias”. Um exemplo pode ser visto na questão do direito eleitoral, onde a restrição do sufrágio aos

¹⁴ Os *zemstvos* eram uma forma de auto-administração local, com a participação dos proprietários (inclusive camponeses) introduzida na Rússia czarista em 1864, com competências sobre assuntos sociais e econômicos, ainda que sob a égide da nobreza e sujeitos ao controle dos ministros czaristas, que podiam suspender suas atividades. (ver nota 89 ao texto de Lênin, 1979a: 697). Weber argumenta que os *zemstvos* realizavam as seguintes atividades: “fundação de escolas populares, levantamentos estatísticos, assistência médica, construção de estradas, recolhimento de impostos e ensino de Agronomia, e se estende até o importante (principalmente nas épocas de carestia) setor do abastecimento” (Weber, 2005: 53).

proprietários, ou o apoio a um direito eleitoral baseado nos zemstvos, seriam os campos favoráveis a uma hegemonia parlamentar liberal. Essas alternativas, porém, entram em choque com as reivindicações da massa camponesa, as quais o czar esperava insuflar contra a burguesia. O resultado é a defesa pelo Partido Cadete (o partido liberal) do sufrágio universal, reduzindo sua perspectiva de sucesso eleitoral.

A ameaça de rebelião camponesa é outro problema para uma política de reforma gradual. Os acontecimentos de 1905 eram utilizados pela burocracia para afastar a burguesia industrial de um programa liberal democrático. A Rússia havia se tornado cada vez mais dependente de capitais externos, e a manutenção da ordem interna era absolutamente imprescindível para a continuidade dos fluxos de capital e o sucesso da atividade econômica. Nesse sentido, a grande burguesia torna-se cada vez mais reacionária em termos de política social, preferindo a solução do problema da ordem à reforma constitucional, o que significa o fortalecimento da posição da burocracia czarista em detrimento do programa liberal.

Nesse quadro tem aspecto decisivo o comportamento dos camponeses, e o liberalismo dirige para aí seus esforços. A questão passa pela solução do problema agrário, ou seja, a extinção do pagamento do resgate referente à abolição da servidão e a reforma agrária, que pudesse garantir terras aos camponeses. Nesse contexto, o problema é saber qual seria o destino da posse coletiva de terras. Os liberais enfrentam então um forte dilema, pois “é totalmente impossível conquistar as massas para um programa agrário individualista no sentido europeu – ocidental” (idem: 76). Influem aí não só considerações econômicas, mas conceitos de “direito natural”, que dificultam desmontar a posse coletiva de terras, em favor de um princípio de seleção econômica. Paradoxalmente, a luta pela distribuição de terras é mais forte onde o capitalismo agrário obtem maior produtividade, e a comuna agrária é mais onerosa ao camponês, onde a colheita é mais fraca. A evolução particular do capitalismo então estimula o velho comunismo agrário (idem: 80).

“os caminhos da reforma social pelos quais se embrenham os democratas liberais russos são cheios de renúncias. (...) Eles deverão forçosamente apoiar uma reforma agrária, a qual, ao que tudo indica, não virá promover um socialismo voluntário e progressista nos aspectos técnicos e econômicos, mas fortalecerá muitíssimo o comunismo essencialmente arcaico dos camponeses, tanto no sistema econômico quanto na mentalidade das massas. Os liberais estarão assim promovendo, não uma seleção econômica dos mais eficientes do ponto de vista “empresarial” mas um nivelamento “ético” das

oportunidades de vida. Por fim, contrariando as próprias convicções, eles estarão contribuindo para retardar o desenvolvimento da cultura individualista de estilo europeu – ocidental, cuja vitória a maioria deles considera inevitável.” (Weber, 2005: 87 – 88).

As ações do czar e da burocracia também inviabilizaram uma política reformista. O regime havia se tornado profundamente dependente dos credores estrangeiros, que preferiam um regime constitucional à manutenção da autocracia. A resposta do czar é uma política ambígua, que conciliava sempre que possível com os interesses da burocracia enquanto que externamente tentava impressionar os credores preservando formalmente a promessa de uma “Constituição”. A Rússia caminhava para o “pseudo-constitucionalismo”, pois o czar nunca agira com sinceridade para torná-la um Estado de direito, com garantias de direitos individuais. O Manifesto de 17 de Outubro de 1905 havia prometido instalar um poder legislativo e garantias de liberdade, na esperança de garantir os créditos e atrair o apoio da burguesia. Porém, nada foi feito neste sentido pelo ministério provisório, que ademais perdia continuamente seus ministros mais liberais. Enquanto a Duma recém instalada debatia a anistia aos presos políticos, que superlotavam as prisões, novos prisioneiros eram feitos arbitrariamente, “o mecanismo continuava operando como se nada tivesse acontecido” (idem: 122).

Todavia, o pseudo-constitucionalismo minava a sustentação do poder do czar. Weber argumenta que quando se promete liberdades, mesmo que sem intenções de cumpri-las, já não se pode mais iludir eternamente o país sem uma fonte permanente de conflitos. Inicia-se uma lenta reformulação na autocracia, com a transferência de poder do czar para a burocracia. Cria-se um Conselho de Ministros e um sistema de repartições regionais, com assento nos Comitês e Conselhos do Estado. Era o início do domínio de uma “burocracia modernizada”, que se interpõe entre o czar e os chefes de províncias.

“Percebe-se imediatamente o que acaba de ser criado: a racionalização burocrática definitiva em todo o campo da política interna. Esta, hoje em dia, promove o técnico. E faltando autonomia, isso significa que promove unicamente o burocrata” (idem: 130).

O czar passa a receber os assuntos “mastigados”, os interesses da burocracia se unem num “poderoso truste”. O autocrata já não poderia prescindir da burocracia e governar sem ela, ela expropriou seus poderes, tornou-se indispensável. Esta hipostasia da burocracia atinge proporções monstruosas, não tem controle. Weber argumenta que a situação seria diferente se tivesse havido um andamento em direção a um regime

constitucional. Paradoxalmente esta seria a melhor defesa do czar ante a burocracia, para ele o “reino da influência” seria preferível ao “reino das prerrogativas”, entretanto sua vaidade não o permitia. Mais preocupado com as aparências, o czar seguiu o último caminho.

O domínio da burocracia por sua vez não tinha apoio na sociedade. O ânimo dos proprietários estava afetado pela crise econômica e tendia a privilegiar os interesses materiais e não os ideais liberais, o que abria a possibilidade de aliança com a burocracia. Mas isso não aconteceu, prevalecendo o velho ciúme dos zemstvos. Ao invés de deixar o interesse classista se manifestar livremente em defesa do Estado, a administração se metia de forma violenta, ferindo profundamente os zemstvos. A resposta foi a recusa a qualquer colaboração. Os grandes capitalistas, que por sua vez poderiam apoiá-la na expectativa de garantir os lucros e reprimir as greves, tampouco têm abrigo no regime, que “se enleou em suas próprias redes” (idem: 135).

A burocracia se opõe à Duma e à influência política, não sabe se movimentar nesse campo. Porém ao construírem uma imagem de regime constitucional que não se realiza, os idealizadores do regime não desmoralizam esse princípio, mas a si próprios. O poder da autocracia e sua autoridade se desmoralizam a cada concessão. “O parlamento é que pode transmitir às massas a convicção de que a experiência de governar juntamente com o monarca fracassou. E se tentarem dissolvê-lo (...) a ‘idéia’ do czarismo é que terá de arcar com as conseqüências” (idem: 139).

A esperança do czarismo de contar com o apoio camponês nas eleições para a Duma também fracassou. O complicado sistema eleitoral de 1905 excluía o direito de voto dos proletários urbanos, da classe média urbana inferior e da *intelligentsia* sem posses. Privilegiava os camponeses e os grandes proprietários na esperança de uni-los com a burocracia em um grande interesse reacionário. A reforma desse direito, ampliando a participação eleitoral em agosto, e o adiamento das eleições permitiram uma campanha eleitoral agitada e partidarizada, mais favorável à esquerda. As proibições policiais ao direito de reunião tiveram efeito contrário ao esperado, induzindo os camponeses a votar contra o regime.

“Na realidade, uma coisa muito peculiar no atual estágio da revolução russa é que todos os fenômenos da ‘civilização’ econômica e política na Europa Ocidental surgem de improviso e sem nenhuma escala intermediária no ambiente ainda arcaico dessa sociedade” (idem: 144).

Weber percebe que a dinâmica das eleições de massa é favorável aos partidos de massa bem organizados, como na Europa ocidental, ou seja, aos socialistas e aos “clericais”. A violência não pode contê-los, onde era empregada virava arma de propaganda. A *intelligentsia* da zona rural fez sua representação mais forte. A demissão de operários nas fábricas forçou seu retorno ao campo e favoreceu a propaganda radical entre os camponeses. O movimento operário após um momento de baixa inicial, recuperou-se. O resultado das eleições foi uma maioria de elementos anti-burocráticos e radicais em questões sociais e políticas. Era inevitável o confronto da Duma com o czar, que não tardou em dissolvê-la, enfraquecendo ainda mais sua posição frente aos camponeses.

Nos dois artigos escritos em 1906, como se pode ver, Weber produziu uma análise fina da dinâmica política russa, dos movimentos das classes sociais e da ação do Estado. É a percepção do fracasso de uma transição conduzida “pelo alto”, ou ao menos, de sua versão reformadora e gradualista. Mesmo o caminho já experimentado pelas modernizações tardias na Europa, como na Alemanha e na Itália, tinha dificuldade de se viabilizar na Rússia, tal era a debilidade do impulso burguês e a força das correntes reacionárias, que travavam a mudança. O quadro era mais complexo do que em processos anteriores, o crescimento do proletariado abria já no horizonte a possibilidade de uma aliança revolucionária com o campesinato, que não se comportou como um baluarte da reação. Nesse sentido a questão agrária teria também uma importância decisiva. Weber aprofunda sua análise, a partir do exame do programa agrário do partido cadete, traduzindo novamente o dilema liberal.

A grande questão é a resistência que as forças tradicionais opõem à emergência do capitalismo no campo. Qualquer programa agrário nessas condições precisaria enfrentar a distribuição de terras e o destino da propriedade coletiva. Aqui, o tradicionalismo se manifesta na associação do desejo de terras a uma garantia de subsistência e não à busca de lucros. Isso faz com que o preço das terras não tenha limites, pois não é regulado por um mercado capitalista normal. Por vezes, a renda obtida com o cultivo não compensa o custo. A distribuição de terras, mesmo nas comunas camponesas, não é suficiente para manter a subsistência do campesinato, o que levou à idéia de fixar o preço da terra e ampliar a parcela do *nadiel* (a terra distribuída pela comuna).

Duas idéias foram debatidas para demarcar a extensão do *nadiel*. A primeira baseava-se no “princípio da capacidade”, ou seja, a cada camponês seria concedida tanta

terra quanto ele pudesse cultivar. Isso seria uma espécie de “direito ao trabalho”, que poderia favorecer um princípio capitalista de acumulação no campo. A segunda proposta baseava-se no “princípio da necessidade”, concedendo tanta terra quanto necessário à subsistência camponesa.

“A primeira norma, bem como o próprio ‘direito ao trabalho’, baseia-se na tese de que a razão de ser da atividade econômica é o lucro e, por isso, é um filho revolucionário do capitalismo; a segunda norma toma como razão de ser da atividade econômica a satisfação das necessidades, e seu fundamento filosófico é o ponto de vista do ‘sustento’” (Weber, 2005: 152).

O programa cadete adotou a segunda proposição, o princípio da necessidade. Para Weber isso levaria a um projeto de expropriações, de todo inexecutável. Para que tivesse sucesso um projeto de distribuição periódica das terras entre milhões de interessados, seria necessário um poder despótico e estabilidade econômica. O regime burocrático não se sustentaria sem o apoio da nobreza e dos latifundiários, e não haveria solução “técnica” que pudesse dar conta dessa tarefa. Ademais, se levado adiante, o programa cadete daria impulso ao velho comunismo agrário. Mais uma vez, o liberalismo era colocado contra a parede e “faz-se necessário a escolha entre os objetivos *materiais* e os éticos” (idem: 157).

Outro resultado teria a adoção de um princípio de “seleção econômica”, apoiado no Banco Agrícola, com predominância de aquisições individuais de terras ou por cooperativas independentes.

“Todavia, talvez nenhum desses dois caminhos venha a ser escolhido. O lavrador russo terá de continuar percorrendo sua via-sacra, supliciado e enraivecido até que o capitalismo agrário moderno e, em parte, as pequenas e modernas empresas rurais que se unirem com os mercados das pequenas indústrias tenham obtido uma vitória definitiva na Rússia. Com isso o último refúgio do comunismo estaria definitivamente enterrado na Europa e junto com ele, o “direito natural revolucionário” dos camponeses que dele procede. De qualquer forma é nessa direção que se movimenta a política daqueles que detêm o poder físico em suas mãos, apesar das grandes concessões que se fazem à orientação ideológica do populismo.” (Weber, 2005:159).

Com este encaminhamento, a Rússia se afastava de uma solução democrática. Para Weber, o desenvolvimento econômico não realiza direitos, ao contrário, deixados a si, os interesses materiais caminhavam em sentido contrário à democracia. Ele considera que os impulsos democráticos estavam se esgotando com o desaparecimento de novas

terras livres, com a prevalência da renda sobre o lucro, com o conformismo, colocando em risco os ideais de “liberdade”. Vai nesse sentido também a burocratização da economia e do Estado. Se tudo dependesse dos interesses materiais, os “barômetros da economia prevêm o aumento das restrições à liberdade” (idem: 103). Não se poderia imaginar qualquer “afinidade eletiva” entre a democracia e o “alto-capitalismo”, as condições originais da “liberdade moderna” não se repetirão, e o desenvolvimento econômico aponta em outro sentido. A Rússia, todavia, já teria ingressado no desenvolvimento capitalista, sem possibilidades de volta ao conservadorismo patriarcal. São as forças do capitalismo que podem fazer uma ponte entre Rússia e Estados Unidos, como países grandes com as últimas oportunidades de terras livres.

2.4 – Rússia e EUA, terras livres e democracia

Apesar de poder ser considerado “ingênuo”, como sugere Tragtemberg (2005: 46), em apresentação, de resto excelente, sobre os referidos artigos de Weber, nos parece relevante o argumento desenvolvido nesses e em outros textos, de que a existência de terras livres constituía um vaso comunicante entre a Rússia e os Estados Unidos, e ao mesmo tempo, uma esperança de desenvolvimento mais livre¹⁵.

A singularidade americana é para Weber um desenvolvimento livre da influência de uma estrutura social sedimentada. Os dois últimos problemas especificamente rurais que a sociedade americana enfrentou foram a abolição da escravidão e a colonização das terras disponíveis no Oeste, e mesmo assim, a vitória contra a aristocracia de plantadores do Sul foi conseguida por meio da guerra civil, e isto só se deu porque essa aristocracia não contava com outras escoras na sociedade americana que pudessem apoiá-la. A disponibilidade de terras no Oeste representou a possibilidade de uma colonização baseada no esforço individual, na transformação do agricultor em um homem de negócios, um empresário como outro qualquer (Weber, 1974c).

Em contraste, na Europa, principalmente na Alemanha, a escassez de terras tenderia a tornar a estrutura social fixa e ampliar a força da tradição. O camponês europeu é um tipo tradicional. Ele é mais antigo que o mercado, estava habituado a produzir para suas necessidades e não para o lucro. Historicamente viveu sob o signo da

¹⁵ A relevância deste argumento, ainda que não diretamente relacionada à Weber, tem repercussões na bibliografia brasileira, notadamente em *Capitalismo autoritário e campesinato*, de Otávio Velho (1976). Como discutiremos no capítulo seguinte, Lênin também assimilou, à sua maneira, argumento semelhante.

dependência pessoal e do cultivo comunitário da terra. Mesmo depois da abolição da servidão, ele não pode se tornar um agricultor independente como o americano ou o inglês. A aldeia camponesa contrasta com a colonização individualista americana e sobreviveu como uma relíquia. O camponês só pode conseguir algum sucesso na luta econômica quando há condições mais favoráveis à produção com intensidade do trabalho que de capital, oportunidade que pode surgir na produção de carne, laticínios e verduras, quando próximas a um centro urbano. Isso é devido apenas à intensidade e qualidade do trabalho, bem como sua adaptabilidade ao mercado local. São vantagens específicas de certos ramos da produção. Quando essas condições não existem, o camponês é obrigado a lutar pela sobrevivência como um assalariado (*idem*).

A limitação da oferta de terras tem efeito sobre seu preço, que torna-se mais elevado. A situação é ainda mais difícil quando há uma camada aristocrática acima dos camponeses, para quem a terra não representa apenas um meio econômico, mas também garantia de sua posição social. Nessas condições, o preço das grandes propriedades supera o valor de sua produção. Este aristocrata não vive de rendas, como na Inglaterra, ele despreza a posse urbana de dinheiro e permanece envolvido no meio rural. Aqui o capitalismo choca-se com uma corrente conservadora na agricultura, numa luta cultural e política, pois se o poder político se transfere para as camadas urbanas economicamente mais fortes, “surge a questão de se os pequenos centros rurais de informação política, com sua cultura social peculiar, entrarão em decadência, e as cidades, como as únicas depositárias da cultura política social e estética, ocuparão todo o campo de batalha” (*ibidem*: 100).

Nas velhas sociedades européias, as forças tradicionais contam com um apoio social mais amplo, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos. A igreja, os funcionários públicos, a monarquia dinástica, a “aristocracia da educação”, conformam um bloco conservador, que daria a esse capitalismo o seu “caráter autoritário particular” em contraste com a igualdade de direitos do cidadão americano (*idem*: 103). É a influência do “atraso”, esta “forma mais antiga de sociedade rural, que está desaparecendo gradualmente” (*idem*: 102). Na Alemanha, esse conflito também aparece na diferenciação da estrutura social do Leste e do Oeste, constituída historicamente por dois tipos de ocupação distintos. No Oeste, a proximidade com as cidades levou a uma solução para a questão agrária que permitia ao campesinato a posse de terras, e o incentivava a produzir para o mercado, com a nobreza optando pela extração de rendas e não pela direção direta da atividade agrícola. No Leste, a peculiaridade da

colonização, com a conquista de terras aos eslavos, está na base da estrutura patriarcal (idem: 104 – 110).

O argumento da disponibilidade de terras como tendência favorável à liberdade reaparece nos textos sobre a Rússia. Neste caso, as terras livres são o mais forte contraponto às tendências autoritárias que estavam então em curso. Elas fazem com que Rússia e Estados Unidos possam ser comparados como dois grandes núcleos populacionais “comunicantes”:

“O fato de haver um hiato entre a atualidade e o passado histórico é inevitável em ambos os países e age em conjunto com o aspecto ‘continental’ do cenário geográfico quase que ilimitado onde tais fatos se desenrolam. Mas o mais importante nessas duas evoluções é que muita coisa depende tanto de uma como de outra. Em certo sentido, são as ‘últimas’ oportunidades para construir culturas ‘livres’, começando pelos ‘alicerces’.”
(Weber, 2005: 107-8)

É possível que Weber estivesse aí influenciado por uma visão, que nos parece equivocada, de que na Rússia não haveria bases históricas e culturais verdadeiramente consolidadas, de que o país seria uma espécie de “tábula rasa”, como sugerem as primeiras linhas de seu primeiro artigo sobre a Rússia (idem: 51). Daí que fosse possível imaginar uma civilização construída pelos “alicerces”, sob o influxo das liberdades modernas. Se é difícil aceitar essa linha de raciocínio no que diz respeito à Rússia e sua história, o mesmo não se dá quando se pensa na influência das terras livres e disponíveis à colonização, variável que de fato estava presente no debate e que já fora considerada anteriormente por Weber quando da comparação do caso americano com a Alemanha, como mostramos acima.

O que nos parece mais importante para compreender as proposições do autor, é que a liberação da terra do controle patrimonial de uma aristocracia resistente à transformação capitalista é uma variável chave dos processos de modernização. A existência de vasto território apto à colonização favorece a democratização da propriedade atendendo ao anseio de ascensão social do campesinato e à emergência de princípios especificamente burgueses. Para Weber, nos Estados Unidos, a existência de terras livres ligava-se ao dinamismo do mundo rural americano, à sua “pulsção econômica”, à sua integração com o mundo urbano. O monopólio da terra por uma classe qualquer, mesmo que de capitalistas, que por ventura pudesse ocorrer no futuro, traria consigo todos os inconvenientes de uma sociedade burocratizada (Weber, 1974c: 111-2). Na Alemanha, onde não havia uma área de terras novas a ocupar, liberar a terra

significava desfazer a ligação entre a posse de terras e a manutenção de uma situação de status e de poder, como almejavam os *junkers* prussianos. A defesa de uma política de colonização interna do Leste, sob um sistema de arrendamento de terras aos camponeses atendia ao objetivo de preservar a cultura, a “germanidade”, mas também acelerar a transição para um capitalismo agrário. Na Rússia, a fronteira foi utilizada, como Weber percebeu, na reforma agrária promovida por Stolipin para dividir o campesinato e promover os “fortes”. Porém, seu sentido de destruição violenta das comunidades camponesas não permite arrolar este movimento de ocupação de terras livres com um caminho democrático. Assim, as terras livres compõem no argumento weberiano como uma possibilidade, uma variável favorável ao desenvolvimento mais livre, a uma modernização despregada da influência conservadora do passado.

2.5 – Weber e a modernização tardia

É possível ler os estudos agrários de Weber como uma interpretação da modernização tardia. A ênfase então recai na transformação capitalista das relações agrárias do Leste alemão, a desintegração da fazenda *junker* enquanto comunidade econômica patriarcal e suas repercussões na estrutura social e na política. A emergência do capitalismo no campo é vista como um processo de longa duração, que tem origem nos processos econômicos (a extensão da agricultura comercial, a concorrência no mercado mundial), mas não só. Ao seu lado, há mudanças psicológicas e de mentalidade, que se relacionam com o desenvolvimento da cultura, do estilo de vida, dos anseios por liberdade e autonomia. A organização institucional, o arcabouço legal, também influem na mudança.

Este Weber está certamente influenciado pelo marxismo, na compreensão da emergência do capitalismo como um sistema que desorganiza as estruturas econômicas e sociais antigas, no sentido dessas transformações para as relações de trabalho, na oposição de interesses entre patrões e assalariados e suas conseqüências como luta de classes. Weber porém vai adiante ao separar os interesses materiais de outras influências ideológicas, e atribuir a elas ao menos tanto peso quanto aos interesses. Isso aparece nos textos às vezes como mudanças psicológicas, às vezes como anseios de liberdade e autonomia. Riesebrodt (1989: 149 e ss.) argumenta que operam aí as influências da escola histórica alemã, de Knies e Schmoller, que teoricamente enfatizavam a importância das “idéias” na orientação da conduta econômica. Este autor argumenta

ainda que Weber teria operado uma síntese teórica própria, assimilando teses de Marx, Schmoller e Rodbertus (que teria contribuído com o “ponto de vista nacional” na análise econômica), o que teria ainda aberto pontos de contato de sua interpretação com correntes políticas diversas na Alemanha, ampliando a repercussão política de seu trabalho.

Mas, poderia a Alemanha ser entendida como um caso de modernização tardia? O argumento de Weber caminha neste sentido, e o ponto chave para tanto está na configuração específica do mundo rural no leste. Weber via uma forte distinção entre o oeste e o leste na Alemanha, que configuravam duas regiões econômicas distintas, um “estado industrial” e um “estado agrário” (Weber, 1989c: 216-217). É a influência das antigas relações sociais próprias do mundo agrário patriarcal do leste que Weber atribui o “atraso” alemão. Todavia, este universo estava em desagregação, a ordem patriarcal não poderia sobreviver à influência do capitalismo, que exerceria seu efeito nivelador nas relações econômicas e sociais. A tendência do desenvolvimento no leste é o capitalismo agrário, que contudo, traria a marca de uma camada dirigente singular, os *junkers*. Essa camada já não podia preservar as relações patriarcais de dominação, e de fato contribuía para desfazê-las, acelerando a substituição dos trabalhadores vinculados por outros assalariados. Eles buscavam todavia preservar a estrutura de propriedade agrária e seus meios de influência política como estratégia de manutenção de um estilo de vida estamental.

O ponto chave é o comprometimento do Estado (e de seus recursos) com uma política agrarista, que se manifestava no protecionismo agrícola, na imigração polonesa, e na abstenção de uma política externa voltada para a conquista de mercados (o imperialismo). O conservadorismo *junker* impedia uma política social capaz de elevar o nível de vida e cultural do proletariado alemão, acirrando a luta de classes nas cidades e enfraquecendo a unidade social do país. O dilema entre ser um estado industrial ou um estado agrário, que traduzia a preocupação de Weber com o futuro de uma política de poder alemã no cenário internacional, era também um dilema da modernização. A condução conservadora da transição, que estava em curso, levaria a uma posição secundária para o país.

O dilema agrarismo versus industrialismo, não esgota porém o problema. O comprometimento da burguesia alemã com a condução conservadora, e seus próprios desejos de assimilação de códigos aristocráticos, que Weber via como uma deserção burguesa, favoreciam uma tendência de burocratização do capitalismo. Weber não via

na economia, nem no capitalismo qualquer afinidade intrínseca com a liberdade. Deixada a si, a economia não promove direitos, não é portadora da democracia ou da liberdade. Ao contrário, o “alto – capitalismo” tendia à burocratização. Na Alemanha, a coalizão entre interesses agrários e burgueses, com a política protecionista, desenhava um capitalismo “risk – free”¹⁶. Em perspectiva histórica, se a mentalidade economicamente conservadora, estática e segura prevalecesse, a burocratização ganharia um novo impulso. Era esta também, como veremos adiante, a razão para sua oposição ao socialismo, no qual via uma tendência burocrática. Neste sentido há em Weber muitos pontos de contato com um “liberalismo radical”, como afirmou Mommsem (1984), que privilegiava a defesa de um ideário burguês calcado na liberdade individual, no igualitarismo político dos direitos humanos, e na livre iniciativa econômica. Para compreender suas convicções políticas, teríamos entretanto, que combinar essa visão liberal com o forte nacionalismo cultural que marcou suas posições ao longo de sua vida.

Essas questões são decisivas para compreender também sua interpretação da Rússia. Mommsem (1984: 143) argumenta que Weber tendia a projetar na Rússia seu descontentamento com a política alemã, em especial com a ambição pessoal do kaiser Guilherme II. Assim, ganharia força o paralelo entre a necessidade de substituir a autocracia czarista por um regime liberal e a de superar a “personal rule” na Alemanha. A política social reacionária, a solidariedade dinástica, e a vontade de exercer um poder pessoal poderiam levar o kaiser a jogar um papel semelhante ao do czar Nicolau II. A Rússia seria assim um laboratório para estudar as conseqüências do “monarquismo moderno” em sua pior espécie, a de um “perigoso diletante político”. Contra essa tendência, o Parlamento era um instrumento para conter o poder pessoal e não poderia ser desmoralizado. Sente-se aí, a força do exemplo inglês, que inspira a assertiva de que o “reino da influência” seria preferível ao “reino das prerrogativas” da Coroa legalmente reconhecidas, e de uma política externa baseada na *realpolitik* e não numa política de prestígio. É possível ver na Inglaterra também uma inspiração para a idéia de que o Parlamento é um espaço de seleção de lideranças capazes e politicamente autônomas para conduzir uma política de massas numa democracia plebiscitária (ver Weber, 1974a).

¹⁶ Cf. Mommsem (1984), em especial o capítulo 5.

A Rússia porém só poderia ser vista como um espelho distorcido e exagerado da realidade alemã, devido ao nível de arbitrariedade da autocracia e de sua burocracia, que tornavam a própria transição incerta. Ademais, a situação agrária na Rússia era um barril de pólvora, que poderia explodir em uma rebelião camponesa, como de fato aconteceu.

Capítulo 3 – Sociedade e política na modernização tardia

O contexto da modernização tardia traz consigo um conjunto de questões características. Sendo esses, países retardatários em relação aos pioneiros, tiveram que lidar com problemas comuns. Bendix (1996: 371) argumenta que a modernização foi o “tipo de mudança social que se originou na Revolução Industrial na Inglaterra, 1760 – 1830, e na revolução política na França, 1789 – 1794”. Sendo assim, todos os demais países passam a se definir por contraste com as sociedades pioneiras, são “seguidores” que precisam superar o desnível que os separa das sociedades “avançadas”, buscando evitar seus custos e reduzir o tempo, constituindo o que seria a única “vantagem do atraso”, conhecer o caminho já trilhado. Os temas comuns das “sociedades seguidoras” girariam em torno da modernização como um “imperativo político”, o que traria para primeiro plano a intervenção dos governos como promotores das mudanças sociais e políticas (idem: 372 – 4).

Já Moore (1975) argumenta que Inglaterra, França e Estados Unidos construíram uma via de acesso singular à modernidade, onde o ponto central residiu na solução da questão agrária, ou seja, no tipo de resposta que senhores e camponeses deram a um problema novo, a introdução da agricultura comercial. Nesses países, a democratização da posse da terra atuou de forma favorável a uma solução democrática no âmbito político. As classes de proprietários agrários se desvincularam do controle direto das empresas agrícolas e do controle repressivo da mão-de-obra. Os incentivos econômicos operaram com mais força e as classes proprietárias do campo se empenharam, ou ao menos não opuseram grande resistência à passagem ao moderno. As condições que permitiram essa “via democrática” seriam peculiares a uma “fase histórica” e condicionariam as alternativas dos que a sucederam, assim, “sem a modernização democrática da Inglaterra, os métodos reacionários adotados pela Alemanha e pelo Japão não teriam sido possíveis” (Moore, 1975: 478).

Há então um conjunto de questões comuns que merecem respostas. Que papel cumpre a questão agrária na modernização? Que tipo de relação se estabelece entre as classes de proprietários agrários e o domínio político? Que inferências teóricas podemos fazer do papel do Estado na condução da modernização? Como lidar com o tema da democracia? Nossa incursão pelo pensamento de Lênin e de Weber nos dois capítulos

anteriores deve nos ajudar a iluminar essas questões, e a comparação que vamos fazer agora se propõe a oferecer caminhos exploratórios para esses temas.

3.1 – Questão agrária e classes dirigentes

Vimos no primeiro capítulo que, em seus estudos sobre a Rússia, Lênin percebe o avanço do capitalismo no campo e a desorganização das antigas relações agrárias, baseadas na comuna camponesa e nas relações de servidão. A introdução da agricultura comercial e o desenvolvimento de mercados para a produção camponesa possibilitam uma diferenciação no campesinato, com o destacamento de um grupo de camponeses mais capazes economicamente, que pode acumular recursos, arrendar terras, contratar trabalho assalariado e incrementar sua produção. O campesinato enquanto categoria homogênea se desintegra em grupos estratificados segundo sua condição econômica bastante diversa, com tendência à polarização em uma nova burguesia de origem camponesa e um proletariado rural. Ao mesmo tempo, as fazendas da nobreza latifundiária iniciam uma lenta adaptação às exigências da agricultura comercial, buscando extrair todas as vantagens possíveis dos resquícios de servidão na produção para um mercado capitalista. A estrutura arcaica das relações agrárias é um obstáculo ao desenvolvimento acelerado do capitalismo, porém é funcional para a manutenção das posições da aristocracia latifundiária (Lênin, 1982).

As formas de controle tradicionais da propriedade agrária constituem o maior obstáculo para o avanço do capitalismo. Isso vale tanto para o latifúndio feudal quanto para as terras comuns camponesas. O monopólio da terra torna-se um obstáculo à livre inversão do capital na agricultura¹⁷. Lênin já havia percebido que nas terras de fronteira, livres do controle aristocrático, o campesinato conseguia desenvolver com sucesso uma agricultura comercial. O exemplo norte-americano também apontava nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo exigia a liberação da terra (Lênin, 1974, 1982).

¹⁷ Lênin se apóia na teoria da renda da terra de Marx para argumentar que o monopólio da terra impõe à sociedade como um todo o pagamento de uma renda adicional ao proprietário agrícola, que eleva o custo da produção acima de seu custo médio. Esta é a renda absoluta, que não provem da produtividade do trabalho em terras de melhor qualidade, mas da elevação dos preços da terra pelo monopólio. O desconto da renda absoluta afeta tanto os capitalistas quanto os operários, pois eleva o preço dos alimentos. Em contraste com esta, com o estabelecimento de um mercado livre de terras, há a renda diferencial, que é produto da diferença de qualidade das terras, ou seja, é a diferença entre o custo de produção nas terras menos férteis e a produção nas mais férteis. A diferença é apropriada pelos donos das melhores terras. Esta é uma modalidade essencialmente capitalista, pois obriga o produtor a se conformar ao lucro médio, sendo impossível eliminá-la no capitalismo. (Lênin, 1974: Capítulo 3).

É preciso destacar que para Lênin, sem o desenvolvimento do capitalismo não há modernização, nem modernidade. O capitalismo altera as relações de produção, desvincula as bases de reprodução material das classes das relações tradicionais de servidão. É este impulso que libera o campesinato do patriarcalismo e do isolamento das velhas aldeias comunitárias. Com o capitalismo e sua revolução nos meios de produção, vêm junto novas possibilidades de mobilidade e expansão da população, de transformação nas formas de vida e de consciência. Novas classes sociais, com novas formas de solidariedade entram em cena.

Se o impulso econômico é fundamental não seria correto dizer que há um determinismo econômico em Lênin, ou que o avanço do capitalismo enquanto sistema econômico tem um sentido unívoco e previamente conhecido, ou um sentido universal. É certo que, se pudesse se desenvolver livremente, o capitalismo traria consigo todas as conquistas e contradições das sociedades burguesas pioneiras, porém, essa é uma hipótese de laboratório, as particularidades de cada formação social, de seu percurso histórico e da relação de forças políticas é que descortinam os cenários concretos. Na Rússia, e poderíamos estender a hipótese às sociedades retardatárias, o desenvolvimento do capitalismo poderia seguir dois caminhos, consolidados nas categorias de via prussiana ou americana, com ênfase na solução da questão agrária.

Weber também percebe o avanço do capitalismo no campo como um ponto central, e nisso há sem dúvidas uma influência do marxismo, como discutimos no capítulo anterior. Seu aparato conceitual todavia é diverso, jogando luz nos aspectos políticos da relação de dominação patriarcal, sem por isso negligenciar a importância do econômico. Aqui, a penetração da agricultura comercial solapa as bases do patriarcalismo, rompe a manutenção da comunidade econômica de interesses que era o pilar da antiga constituição do trabalho nas províncias do leste alemão. Weber especifica a forma como se dá a dominação patriarcal no âmbito das fazendas, e determina seu conteúdo político, que não é simplesmente coercitivo. A comunidade de interesses não é pura operação ideológica, mas está ancorada em relações econômicas, jurídicas e sociais de alguma forma consentidas e que foram bastante estáveis por um longo tempo. Isso não quer dizer que havia uma sociabilidade calcada na confiança mútua, esta é uma relação de dominação, porém legitimada pela tradição e os costumes. A dominação patriarcal fundamentava a representação e o poder político dos *junkers* prussianos.

A mudança nas relações econômicas, como resposta aos novos desafios da agricultura comercial, a elevação das aspirações de estilo de vida, de liberdade e autonomia do campesinato, tornam a dominação patriarcal impraticável. Do ponto de vista do efeito na estratificação social, Weber acompanha a análise marxista que previa proletarianização do campesinato e transformação da aristocracia numa classe de capitalistas agrários.

Se para Lênin a ruptura das relações patriarcais era um passo necessário em direção ao moderno capitalismo, Weber via com preocupação a transição no leste alemão. Não porque ele nutrisse alguma simpatia especial pelos *junkers*, pois não nutria, mas porque a dissolução da velha ordem não significava a estruturação de uma outra melhor em seu lugar. Ao contrário, ela trazia em si o risco da perda de controle sobre a fronteira, com a migração cada vez maior de poloneses em substituição aos trabalhadores alemães. A questão agrária no leste transformava-se sob esse aspecto em questão nacional, exigindo a intervenção ativa do Estado, e as medidas que Weber defendeu não apontavam para a restauração da antiga ordem (o que era impossível), mas para um projeto de colonização interna.

Weber, por via diversa, também via a liberação da terra de formas de controle tradicionais como algo necessário a uma evolução desejável do capitalismo. Esse ponto torna-se mais claro quando examinamos outras conseqüências das tendências de desenvolvimento no Leste, em especial o papel dos *junkers* na política alemã. Há aqui uma relação significativa entre proprietários agrários e modernização. Weber viu os *junkers* prussianos como um grupo estamental com características particulares, devido ao seu envolvimento histórico com a direção dos negócios agrícolas. Mesmo estando habituados à prática da agricultura como um negócio, eles não estavam preparados para se tornar uma classe de empreendedores capitalistas. Essa era a grande mudança que se desenhava com o acirramento da competição no mercado internacional de trigo e de cereais, e a necessária transformação nas relações de trabalho no âmbito da fazenda, que atendiam às exigências de uma racionalidade econômica capitalista. A quebra das relações patriarcais implicava também na alteração do status da fazenda como centro de dominação política, e de seus proprietários como um estamento tradicional. Soltos na luta econômica, os *junkers* haviam de tornar-se capitalistas se quisessem obter sucesso.

Os *junkers* no final do século dezenove não foram refratários à quebra das relações patriarcais nas fazendas, mas até a estimularam em função de necessidades econômicas. Eles porém opuseram grande resistência à modernização política do Estado

e a uma política consequentemente industrialista. Sua ação política visava manter uma posição de status e de poder, que se encontrava cada vez mais ameaçada por uma inevitável decadência econômica. Passava por isso a adoção de uma política protecionista dos produtos agrícolas e a manutenção da estrutura de grandes propriedades agrárias no Leste.

A modernização da Alemanha após a unificação é marcada por essa hegemonia *junker*, com a aceitação mais ou menos tácita da burguesia. Esse era um caminho eminentemente conservador, que trazia consigo uma política social reacionária, voltada para o controle repressivo da força de trabalho e a imobilização da terra, preservando a estrutura agrária do Leste. Weber condena duramente essa “deserção burguesa”, a incapacidade da burguesia de assumir a condução do país e fazer valer interesses próprios. Ao contrário, ela aceitava a hegemonia *junker* também no campo das idéias, assumindo valores aristocráticos que não são os seus. Prevalece uma mentalidade conservadora, de um capitalismo sem riscos.

Foi esse andamento político que Lênin chamou de “via prussiana” de desenvolvimento do capitalismo, categoria que se refere a uma relação determinada de hegemonia dos proprietários agrários na condução da transformação capitalista. A via prussiana é uma resposta política conservadora ao desafio da modernização tardia, cuja característica é o abandono das pretensões revolucionárias da burguesia, sobretudo após as rebeliões camponesas de 1848 e a Comuna de Paris em 1871. Assim, a via prussiana é uma expressão de uma correlação de forças na Europa diferente do período das revoluções francesa e inglesa. Por um lado, são burguesias mais fracas e que não contam com a mesma força econômica de seus pares ingleses. Por outro, se fazia presente, com maior ou menor grau, o “espectro” da revolução proletária. Esta é uma passagem ao moderno que dispensa a ruptura com a tradição, em que os elementos do passado e da tradição se fazem presentes com maior força.

Com a via prussiana, a modernização se dá com base na adaptação dos latifúndios às exigências da economia capitalista, comportando um variado leque de fases transitórias nas relações de trabalho, sendo que os proprietários agrários buscam extrair das antigas formas de dominação a maior vantagem possível. É o que Lênin chama de um duplo sofrimento para o campesinato, que padece dos males próprios do capitalismo e da sua incompletude. Ao lado dos latifúndios, surge um pequeno grupo de grandes camponeses, que conseguem se diferenciar do restante do campesinato, transitando em direção a uma burguesia agrária. Na Rússia, esse movimento foi

especialmente acelerado pela política agrária de Stolipin, que fez da colonização interna um meio de promoção de uma camada de culaques, oriundos do campesinato, mas economicamente mais fortes, como estratégia de destruição das comunidades camponesas e de apoio a um capitalismo agrário.

Há em ambos os autores, boas razões para concluir que a presença de uma classe de proprietários agrários fortes na condução da modernização levou a um andamento conservador, na medida em que, como expôs Weber, o Estado se torna um instrumento na defesa do estilo de vida de uma camada estamental, e que, como argumentou Lênin, a propriedade agrária permanece infensa ao mercado capitalista. O andamento da política está fundado em relações sociais, mas por outro lado, depende da política, em especial da ação indutora do Estado, a condução da modernização. Para ambos os autores, o Estado era uma arena estratégica para promover mudanças sociais. Contudo, há diferenças políticas significativas na perspectiva dos autores.

3.2 – Democracia e terras livres

Lênin não via na burguesia russa capacidade para conduzir a modernização, ela estava atada aos interesses dos proprietários rurais, projetando uma lenta “via prussiana”. De forma inovadora no campo do marxismo, ele concebeu a possibilidade de o campesinato ser um sujeito ativo na ruptura com o antigo regime, era a revolução camponesa como uma modalidade da revolução burguesa em geral. Essa proposição era coerente com sua interpretação da evolução da pequena produção mercantil camponesa em direção à agricultura capitalista, como base social e econômica da posição política camponesa. Essa seria uma particularidade da Rússia, diferentemente do caso clássico inglês. Ela liga-se à condição de retardatário, na medida em que o impulso burguês é fraco e a transição capitalista com base no latifúndio é incompleta. Esta revolução burguesa camponesa deveria organizar o poder político de forma republicana, a partir do centro e não numa gradual transformação a partir das municipalidades como imaginaram seus adversários mencheviques e mesmo Weber em sua defesa dos zemstvos como alternativa à burocracia czarista.

O programa da ruptura era uma “via americana” bastante radical, com a nacionalização das terras como forma de sua liberação completa dos controles tradicionais e posterior arrendamento aos camponeses para a produção de forma capitalista. Ao campesinato interessaria uma democracia política calcada no sufrágio

universal e nas representações partidárias, território favorável à livre manifestação da luta de classes, que em perspectiva deveria levar ao socialismo (Lênin, 1974: capítulos 3 e 4).

A identificação da presença da aristocracia agrária na condução da modernização, não levou Weber a uma proposição revolucionária. Tanto no caso da Alemanha quanto da Rússia, ele preferia uma via reformadora e gradualista. A burguesia como classe economicamente dominante deveria prevalecer no âmbito político hegemonizando a condução das reformas. Weber admirava o modelo político inglês onde a aristocracia exercia uma influência positiva no parlamento, sem se opor às reformas e sem decapitar a burguesia. Na Alemanha e na Rússia, mesmo com a diferença de intensidade, dava-se o inverso, o fraco impulso burguês não conseguia superar a resistência oposta pela aristocracia para levar adiante a modernização. Para ele não havia possibilidade de uma transição sem um papel ativo da burguesia, pois nem o moderno operariado nem os camponeses teriam qualificações para assumir a direção da economia e do Estado.

O gradualismo de Weber tinha então uma diferença básica com um liberalismo aristocrático como, por exemplo, o de Tocqueville, que guardava para a aristocracia um papel relevante no mundo moderno, na preservação da liberdade, na educação política da burguesia¹⁸. Em Weber, em especial em sua análise da política alemã, não há um universo de valores aristocráticos a preservar, ao contrário, a cultura alemã seria ela mesma plebéia. Mesmo os *junkers*, não teriam as qualificações aristocráticas típicas, como seus pares austríacos ou ingleses, pois estariam desde muito envolvidos na luta econômica (Weber, 1974b). A grande questão política era saber se a burguesia conseguiria assumir a direção política da nação ou se aceitaria passivamente a condução aristocrática. A democracia era vista como o campo adequado ao exercício da hegemonia burguesa, era a técnica de governo apropriada para garantir o suporte das massas de trabalhadores e para neutralizar a influência burocrática. Era também o melhor método para a seleção de líderes políticos capazes. A democracia não colocava em risco o “espírito prussiano” ou os valores aristocráticos (*idem*). Ele ademais temia que o conservadorismo dos *junkers* levasse a burguesia a uma mentalidade estacionária. A maior ameaça à liberdade e às conquistas da civilização burguesa não era o igualitarismo democrático, mas a burocratização.

¹⁸ Sobre esse ponto em Tocqueville, ver Werneck Vianna (2004).

“aqueles que vivem apavorados pela possibilidade de que no futuro haja um excesso de ‘democracia’ e de ‘individualismo’ no mundo, e venham a faltar a ‘autoridade’, a ‘nobreza’, o ‘respeito pela hierarquia’ e outras coisas do mesmo gênero, poderiam acalmar-se enfim. Já foram tomadas todas as providências até demais para que as árvores do individualismo democrático não cresçam até o céu. De acordo com toda a experiência, a ‘história’ deverá continuar parindo impiedosamente novas ‘aristocracias’ e ‘autoridades’, de maneira que as pessoas que se julgam indispensáveis para si ou para o ‘povo’ sempre terão a que se apegar” (Weber, 2005: 103).

Sua posição frente ao socialismo reflete essa grande questão. O socialismo traria consigo uma forte tendência burocrática, com o risco de perda da racionalidade formal, da razão calculista da economia capitalista. Ele se apropriaria dos elementos burocráticos do capitalismo e os ampliaria. Para Weber, a emancipação dos trabalhadores deveria ocorrer no capitalismo, através de uma política realista calcada na democracia política. Ele esperava contar com a social-democracia alemã para quebrar a aliança da burguesia com o conservadorismo¹⁹.

Weber tinha consciência da impossibilidade de repetição das etapas clássicas do desenvolvimento ocidental. A configuração cultural e institucional da Europa ocidental seria produto de uma combinação singular de convicções religiosas com impulsos econômicos, como na conquista ultramarina, e a racionalização da vida pela ciência. Não há desenvolvimento econômico que por si seja capaz de recriar essas condições. O destino da liberdade dependeria da vontade resoluta dos homens, ou seja, de um reencantamento da política, o que alimentava em Weber expectativas com o papel de lideranças carismáticas, num dos aspectos mais controversos e problemáticos de sua obra. O desdobramento da modernização conservadora em sistemas plebiscitários ancorados em fortes lideranças carismáticas parece estar justamente na origem de regimes fascistas²⁰.

Sem aprofundar esse ponto, que é importante, mas excederia o escopo das questões que abordamos até aqui, nos parece relevante comparar outra variável que Weber imaginava como favorável à liberdade, a existência de terras livres, de um território aberto à colonização. Este é outro ponto em que Lênin e Weber convergem na medida em que a existência de terras livres é potencialmente vantajosa para um desenvolvimento mais livre, menos sujeito ao peso do passado feudal. Ambos viram na

¹⁹ Ver Mommsem (1984: 105-6).

²⁰ Para uma crítica conseqüente, mas nem por isso depreciativa, desse aspecto da política weberiana, remetemos novamente à Mommsem (1984), capítulo 10, em especial pp. 410 e ss.

experiência dos *homesteads* americanos um impulso favorável ao capitalismo agrário, assim como na colonização da fronteira russa. Weber via na fronteira a possibilidade de construir uma civilização pelos alicerces, livre do peso das tradições sedimentadas e resistentes à mudança.

Lênin observou que na fronteira, o capitalismo crescia em extensão, assim era possível desafogar a pressão demográfica e contornar o problema da escassez de capitais para investimento na agricultura intensiva. Na Rússia, a fronteira representou uma saída para o desenvolvimento de uma agricultura tipicamente capitalista, a partir da pequena produção mercantil camponesa. Há porém uma ambivalência no caráter da fronteira, na medida em que se opera com a distinção entre desenvolvimento em profundidade e desenvolvimento em extensão do capitalismo. Lênin considerava que na fronteira o capitalismo cresce em extensão, e isso permite o adiamento temporário da resolução das contradições inerentes à transição capitalista. Se não pudesse se expandir na fronteira, as contradições entre as novas formas de produção e os resquícios feudais deveriam ser resolvidas em proveito das primeiras. O capitalismo seria forçado a se desenvolver “em profundidade”, avançando mais rapidamente para as formas de agricultura intensiva e da grande indústria. Contudo, deve-se notar que “semelhante retardamento do crescimento do capitalismo equivale a lhe preparar um crescimento ainda maior e mais amplo num futuro próximo” (Lênin, 1982: 372). Ao mesmo tempo, a liberação do campesinato do jugo senhorial era vista como uma pré-condição para a ocupação da fronteira, assim como o melhoramento das técnicas de cultivo do solo que possibilitariam produzir em terras menos férteis. Assim a fronteira só pode ser ocupada com algum avanço do capitalismo, sem o qual não há o material humano (um campesinato livre) nem o instrumental técnico (Lênin, 1974: 296). Por outro lado a fronteira desafoga temporariamente a pressão para romper as relações arcaicas. Esta ambivalência da fronteira é mais um dos elementos que compõem o quadro de desenvolvimento desigual do capitalismo, apontado por Lênin.

Como nota Velho (1976), a ambigüidade da fronteira na Rússia aparece por outro lado nos programas de colonização interna promovidos por Stolipin. Aqui havia um objetivo político de aprofundar a divisão do campesinato, favorecendo a emergência de uma classe de culaques, camponeses economicamente fortalecidos que transitavam em direção a uma burguesia agrária. A colonização da Sibéria, território privilegiado da política de Stolipin, deveria desafogar a pressão do campesinato por terras na Rússia europeia e com isso desmontar a ameaça latente de explosão revolucionária camponesa.

Contudo, à medida que avançava a ocupação da fronteira, criava-se lá um ambiente de pequenos e médios proprietários sociologicamente distintos da aristocracia agrária, idealmente mais próximos de uma solução democrática.

Weber foi mais otimista com a exploração das terras livres, e ao mesmo tempo mais pessimista com as possibilidades do desenvolvimento do capitalismo em profundidade. Na Alemanha, a limitação da oferta de terras não havia levado a um acirramento da luta política com desfecho favorável à rápida transição a uma agricultura intensiva capitalista. A agricultura intensiva certamente avançava, mas sob controle *junker*. O monopólio da terra pelos junkers era uma fonte de poder político concentrado que permitia a sobrevivência estamental dos junkers e conferia o caráter autoritário particular do capitalismo alemão. A impossibilidade de expansão das terras cultiváveis era um fator que freava a constituição de uma categoria de camponeses autônomos, produzindo para o mercado. Ela então se relaciona a uma estrutura social menos dinâmica, mais sujeita à força da tradição, em contraste com o mundo rural americano, pautado pela empresa capitalista individual aproveitando a vantagem da oferta de terras livres. A distância de Weber de uma perspectiva revolucionária para o conflito agrário (como em Lênin) e sua rejeição do conservadorismo (como em Stolipin), provavelmente se relacionam com sua visão da fronteira onde não há ambivalência. Lênin porém tinha boas razões para se preocupar com a política de ocupação da fronteira promovida por Stolipin, que visava aprofundar a “via prussiana”, ao produzir uma solução para o conflito agrário que dispensava alterar a estrutura das grandes propriedades. A leitura combinada dos autores nos leva a ver que o ponto central não é simplesmente a existência de terras livres, mas a articulação política desse tema com as demais questões da modernização.

3.3 – Estado, elites agrárias e modernização

Vimos anteriormente que, na modernização tardia, a articulação entre uma aristocracia de proprietários agrários e uma burguesia com pouca ambição ou poucos recursos de poder, numa coalizão sob hegemonia da primeira, foi um elemento central para uma condução conservadora da modernização. Em níveis diferentes nos casos nacionais, isso implicou em uma transição em que o peso da tradição foi maior, que a dissolução dos laços tradicionais de dominação patrimonial fosse controlada, no tempo e em profundidade, pelos proprietários rurais. Essa articulação não é contraditória com o

desenvolvimento econômico, mas estamos em um terreno em que a ação econômica não se manifesta livremente, ela negocia o tempo todo com o controle patrimonial da terra, com o protecionismo agrícola, com sistemas repressivos de controle da força de trabalho. É o avanço “desigual” e “desproporcional” do capitalismo, como categorizou Lênin, que não elimina os resquícios do passado, mas evolui aos “saltos”, pulando e combinando etapas. Ou o que motivou Weber a criticar o agrarismo alemão, que implicava em um capitalismo conservador, dissociado da competição internacional, incapaz de generalizar o Estado e unificar socialmente a nação.

Ao analisar os casos que chamou de “modernização conservadora”, Moore (1975) argumenta que existem formas de transformação capitalista no ambiente agrário que podem obter um bom êxito econômico, mas serem altamente desfavoráveis para a construção de instituições livres e democráticas. Há nesse sentido duas formas típicas, numa a aristocracia mantém intacto o ambiente agrário já existente e assim consegue que o campesinato produza um excedente comercializável. A outra é a escravidão no estilo das plantações tropicais. O Japão é um exemplo do primeiro tipo, a Europa Oriental, com o retorno da servidão camponesa é um exemplo intermediário. Ambos necessitam de algum nível elevado de coerção sobre a mão-de-obra. Ainda assim, é preciso ressaltar que sistemas repressivos podem funcionar com base em mecanismos puramente políticos ou em incentivos de mercado, e que nem todo sistema pré-capitalista deveria ser considerado repressivo, excluindo-se os casos em que, por exemplo, haveria equilíbrio entre a administração da justiça e o trabalho camponês. Para Moore a questão é saber por que sistemas repressivos de mão-de-obra proporcionam um clima desfavorável à democracia?

Na Alemanha o ponto seria a fusão entre um sistema repressivo na agricultura e a monarquia centralizada, atuante em favor de uma ética militar, de obediência cega às instituições, ao mesmo tempo em que tentava enfraquecer a burguesia urbana, ao menos até a industrialização. A partir daí, poderia-se falar em um compromisso das classes fundiárias com os interesses comerciais e industriais emergentes, onde a burguesia troca o direito de governar pelo direito de ganhar dinheiro, com já havia apontado Marx. A ausência de uma grave questão camponesa possibilitaria que essas “revoluções pelo alto” transcorressem de forma razoavelmente pacíficas, como nos casos da Alemanha, do Japão e da Itália, com um sentido industrializante. A “modernização conservadora” encontra um caminho sem necessariamente “varrer” as instituições feudais por meio da

revolução popular, mantendo significativas seções da velha sociedade na nova estrutura social.

Neste sentido, para Moore, o Estado joga um papel decisivo na condução política, sendo não apenas um Estado repressivo, mas um ator econômico relevante, favorecendo a acumulação primária, por vezes através da indústria bélica e do protecionismo. Não se poderia obter êxito contudo sem que se pudesse conter os elementos mais reacionários, resistentes à qualquer mudança, o que por sua vez favorecia a construção de uma poderosa máquina burocrática, resistente às pressões “de baixo” ou “de cima”. O governo tem que separar-se em alguma medida da sociedade, e adquirir autonomia para levar adiante a modernização. Um governo conservador forte poderia ao mesmo tempo estimular e controlar o desenvolvimento industrial, e empurrar os custos da modernização às classes trabalhadoras, operando para que a modernização alterasse o mínimo possível a estrutura social. Para Moore, só foi possível manter a coesão em torno de um tal projeto com o militarismo e o acirramento do conflito internacional. A modernização conservadora dessa forma desembocaria no fascismo.

A Rússia de 1905 possuiria fortes sintomas fascistas. Até então, a pequena classe comercial e industrial havia mostrado sinais de descontentamento com o czar e dado vazão a um constitucionalismo liberal como o dos “cadetes”. Contudo, frente às tensões provocadas pelas greves operárias, seu movimento foi de um giro pró-repressão, de apoio ao uso da violência generalizada em nome da manutenção da ordem, tal como examinamos nos argumentos críticos (e distintos) de Lênin e de Weber. Contudo, a base camponesa não a acompanhou, o que minaria a saída fascista (Moore, 1975: 513).

Para Moore, o fascismo é inconcebível sem a democracia de massas, pois ele é a tentativa de tornar a reação e conservadorismo populares. É uma reação a um impulso democrático fraco, opondo ao igualitarismo democrático, noções de hierarquia, disciplina e obediência em ligação com um passado agrário. Nesse sentido ele estimula um anti-capitalismo plebeu, exercendo atração sobre setores ameaçados pelo capitalismo pós-competitivo, como a classe média urbana e pequenos proprietários rurais, tendência que ganha força com a depressão econômica. Aqui, a idealização do mundo rural ganha sentido oposto ao populismo do século dezanove.

As outras duas vias de acesso às sociedades industriais elaboradas por Moore são a revolução camponesa, como na China e na Rússia, e a “via democrática”, que teria levado às sociedades democrático-liberais da Inglaterra, França e Estados Unidos. Nesta última, a “domesticação do setor agrário” foi um aspecto decisivo, na medida em que se

quebra ou se transforma a hegemonia dos proprietários agrários, e a agricultura perde a centralidade como atividade social importante:

“A principal hegemonia da classe superior proprietária tinha que ser quebrada ou transformada. O camponês tinha de passar a ser um agricultor que produzisse para o mercado, em vez de produzir para o seu próprio consumo e para o senhor rural. Neste processo, ou as classes superiores proprietárias se tornavam parte importante da maré capitalista e democrática, como na Inglaterra, ou, se se lhe opusessem, eram varridas pelas convulsões da revolução ou da guerra civil.” (Moore, 1975: 494).

O argumento de Moore, elaborado a partir de uma erudita sociologia histórica comparada, assimila e sofisticada muitas das questões que levantamos no pensamento de Lênin e Weber, em especial sua hipótese de que o tipo de resposta dada ao desenvolvimento da agricultura comercial está na base dos arranjos políticos delineados. Sua categoria de “modernização conservadora” converge, em linhas gerais, com a “via prussiana” formulada por Lênin, assim como poderíamos encontrar uma correspondência entre “via democrática” e “via americana”. Contudo, ao que nos parece, não seria satisfatório tratar a evolução da “modernização conservadora” ao fascismo como uma hipótese de validade teórica mais geral. Um exame mais abrangente, que incluísse o caso brasileiro e talvez outros casos sul-americanos, poderia nos levar a diferentes resultados de processos em sua origem comparáveis aos casos alemão e japonês. Isso não significa colocar em dúvida o legado e o conteúdo da modernização conservadora, que, como buscamos mostrar, é contrário à generalização da democracia.

3.4 – Conclusões prospectivas

No decorrer desta dissertação buscamos mostrar como Lênin e Weber lidaram com o problema da emergência do capitalismo no campo, tema que ocupou um lugar central nos estudos aqui examinados. Nosso interesse esteve menos ligado a uma sociologia agrária em si, ou na implicação da teoria para a compreensão de problemas econômicos e sociológicos que afetam a agricultura, apesar de ser impossível deixar de referir-se, ainda que sumariamente, a eles. Nossa intenção foi buscar a partir desses estudos levantar hipóteses para compreender as possibilidades de relação entre sociedade e política nos processos que chamamos aqui de modernização tardia. A leitura que fizemos dos autores foi em larga medida convergente apontando para a

importância teórica da relação entre a hegemonia das classes de proprietários agrários e a condução conservadora da modernização. Aqui nos parece residir a força do conceito de via prussiana de desenvolvimento do capitalismo formulado por Lênin, e que poderia ser enriquecido pela sociologia weberiana, mais atenta à especificidade das transformações da dominação política de base societal.

A leitura dos autores deve então apontar para a importância da configuração específica do mundo rural nos processos de modernização. A forma como se dá a introdução do trabalho assalariado no campo, a formação (ou não) de um mercado tipicamente capitalista de terras, as possibilidades que se abrem para a formação de uma classe de pequenos e médios proprietários independentes, aparecem como sintomáticas dessa passagem. Uma solução que dispense a coerção extra-econômica da força de trabalho e quebre a associação da propriedade agrária com um centro de poder político e status social, indica não só o sucesso da passagem como parece favorecer instituições democráticas, tema presente nos autores examinados. Este foi o quadro que Barrington Moore chamou de “domesticação do setor agrário”, ou seja, a diminuição do peso e da influência do velho mundo agrário sobre as novas instituições.

A modernização conservadora promoveu a industrialização e como sugerimos aqui, seu resultado não foi necessariamente o fascismo. Ela todavia não conseguiu, por seu próprio impulso, promover uma ampla democratização política, tendo sido necessário, em algum momento sair dessa dinâmica ou menos alterar os termos em que ela se colocava para que esta agenda pudesse avançar.

Lênin e Weber estavam fundamentalmente corretos ao identificar que o desenvolvimento econômico não promove por si só direitos, que a análise da dinâmica da economia deve estar colada a um conseqüente exame da ação política e da estratificação social. Weber estava especialmente correto ao perceber que as condições em que o capitalismo e as liberdades democráticas liberais surgiram lado a lado eram especialíssimas, e que não se poderia imputar ao “alto-capitalismo” qualquer afinidade eletiva com a liberdade. Deixados a si, os barômetros da economia apontavam em direção contrária à democracia.

A modernização conservadora apresenta então o seu “enigma”²¹, pode o moderno surgir da modernização? Ou uma vez imersos nessa lógica estaríamos condenados a um trabalho de Sísifo, como sugeriu Raymundo Faoro (2007)? A resposta

²¹ Como aponta corretamente Werneck Vianna (2009).

que esse trabalho nos permite tentar, ainda que de forma apenas aproximativa, reconhecendo a forte validade teórica da pergunta, é que deixada a seus próprios termos a modernização conservadora não conduz ao moderno. Incapaz de quebrar as ligações entre o mundo agrário e o emergente mundo urbano, de vencer o patrimonialismo em seu território, a modernização sucumbe à lógica conservadora. Isso todavia não deve nos comprometer com a idéia de que a única saída é devolver o desenvolvimento às suas forças espontâneas, como sugere Faoro. A consciência do legado da modernização conservadora deve nos orientar para a importância de compreender os liames entre Estado e sociedade e os movimentos que podem significar possibilidades democráticas e emancipatórias.

Referências Bibliográficas

- BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- BERLIN, Isaiah. “O populismo russo”. In: _____. **Pensadores russos**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988. pp. 214 – 240.
- DANIELSON, Nicolau F. (1982). “A tarefa econômica da Rússia”. In: Rubem César Fernandes (org.). **Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 89 – 95.
- ENGELS, Friederich. “A questão social na Rússia”. In: Rubem César Fernandes (org.). **Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982a. pp. 141 – 155.
- _____. “N. F. Danielson e F. Engels, Correspondência de 1891 a 1893”. In: Rubem César Fernandes (org.). **Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982b. pp. 207 - 272.
- FAORO, Raymundo. “Existe um pensamento político brasileiro?”. In: _____. **A república inacabada**. São Paulo: Globo, 2007.
- FERNANDES, Rubem César. “Introdução – A Rússia e o Ocidente”. In: _____. (org.). **Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- GETZLER, Israel. “Georqui V. Plekhanov: a danação da ortodoxia”. In: Eric J. Hobsbawm (org.), **História do marxismo**, III: o marxismo na época da Segunda Internacional, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HEGEDÛS, András. “A questão agrária”. In: Eric J. Hobsbawm (org.), **História do marxismo**, IV: o marxismo na época da Segunda Internacional, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- HILL, Christopher. **Lênin e a revolução russa**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
- KAUTSKY, Karl. **La cuestión agraria**. Barcelona, Editorial Laia, 1974.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. “El programa agrario de la socialdemocracia en la revolucion russa de 1905 – 1907”. In: **Obras escogidas**, tomo II. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1974.
- _____. “A que herança renunciamos?”. In: _____. **Obras escolhidas em 3 tomos**, Tomo I. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979a.

_____. “Duas táticas da social-democracia na revolução democrática”.
In: _____. **Obras escolhidas em 3 tomos**, Tomo I. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979b.

_____. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América:**
novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo.
Ed. Brasil Debates, 1980.

_____. “O capitalismo na agricultura (O livro de Kautsky e o artigo do
senhor Bulgákov)”. In: José Graziano da Silva & Verena Stolcke (org.), **A questão
agrária**. São Paulo. Brasiliense, 1981.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de
formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. “1º Rascunho de Carta a V. Zaslitch”. In: Rubem César Fernandes
(org.). **Dilemas do socialismo:** a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos,
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. pp. 175 – 186.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. “Prefácio à Edição Russa de *O Manifesto
Comunista*”. In: Rubem César Fernandes (org.). **Dilemas do socialismo:** a controvérsia
entre Marx, Engels e os populistas russos, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

MIKHAILOVSKI, Nicolau K. “O que é o progresso?”. In: Rubem César Fernandes
(org.). **Dilemas do socialismo:** a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos,
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982a. pp. 81 – 85.

_____. “O dilema do marxista russo”. In: Rubem César
Fernandes (org.). **Dilemas do socialismo:** a controvérsia entre Marx, Engels e os
populistas russos, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982b.

MOMMSEN, Wolfgang. **Max Weber and german politics 1890 – 1920**. Chicago and
London: The University of Chicago Press, 1984.

MOORE, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia:** Senhores e
camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa: Cosmos, 1975.

PLEKHANOV, J. “J. Plekhanov e F. Engels, Correspondência de 1894 a 1895”. In:
Rubem César Fernandes (org.). **Dilemas do socialismo:** a controvérsia entre Marx,
Engels e os populistas russos, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. pp. 255 - 272.

RIESEBRODT, Martin. (1989). “From patriarchalism to capitalism: the theoretical
context of Max Weber’s agrarian studies (1892 – 3)”. In: Keith Tribe (editor) **Reading
Weber**. London and New York: Routledge, 1989. pp. 131 – 157.

SCAFF, Lawrence. “Weber before weberian sociology”. In: Keith Tribe (editor)
Reading Weber. London and New York: Routledge, 1989. pp. 15 – 41.

STRADA, Vittorio. (1984). “O ‘marxismo legal’ na Rússia”. In: Eric J. Hobsbawm (org.), **História do marxismo**, III: o marxismo na época da Segunda Internacional, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

TKATCHOV, Pedro N. “Carta aberta ao Sr. F. Engels”. In: Rubem César Fernandes (org.). **Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

TRAGTEMBERG, Maurício. “Apresentação – Max Weber e a revolução russa”. In: Max Weber, **Estudos políticos Rússia 1905 e 1917**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.

TRIBE, Keith. “Prussian agriculture – German politics: Max Weber 1892 – 7”. In: Keith Tribe (editor) **Reading Weber**. London and New York: Routledge, 1989. pp. 85 – 131.

VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

WALICKI, Andrzej. “Socialismo russo e populismo”. In: Eric J. Hobsbawm (org.), **História do marxismo**, III: o marxismo na época da Segunda Internacional, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

WEBER, Max. “Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída”. In: **Os Pensadores – Max Weber**. São Paulo: Abril Cultural, 1974a.

_____. “O caráter nacional e os Junkers”. In: **Os Pensadores – Max Weber**. São Paulo: Abril Cultural, 1974b.

_____. “Capitalismo e sociedade rural na Alemanha”. In: **Os Pensadores – Max Weber**. São Paulo: Abril Cultural, 1974c.

_____. “A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além – Elba – 1892”. In: José Graziano da Silva e Verena Stolcke (org.) **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. “Enquête sur la situation des ouvriers agricoles à l'Est de l'Elbe. Conclusions prospectives”. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Volume 65, Numéro 1, 1986, pp. 65 – 68.

_____. “Developmental tendencies in the situation of East Elbian rural labourers” in: Keith Tribe (editor) **Reading Weber**. London and New York: Routledge, 1989a.

_____. “Germany as an industrial state” in: Keith Tribe (editor) **Reading Weber**. London and New York: Routledge, 1989b.

_____. **Economia e sociedade**, vol. 2. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

_____. “O estado nacional e a política econômica” *in* Gabriel Cohn (org.) **Weber – sociologia**. São Paulo: Ática, 2003, pp. 58 – 78.

_____. **A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Estudos políticos Rússia 1905 e 1917**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.

WERNECK VIANNA, Luiz. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 3ª. Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. “Weber e a interpretação do Brasil”. **Novos estudos Cebrap**, número 53, março 1999. pp. 33 – 47.

_____. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. 2ª. Edição, Rio de Janeiro: Revan, 2004.

_____. “Raimundo Faoro e a difícil busca do moderno no país da modernização”. *In*: André Botelho e Lilia Moritz Scwarz (orgs.) **Um enigma chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 364 – 377.